



(Sociedade Aberta)

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

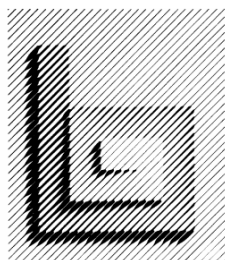
1^o semestre de 2007

CAPITAL SOCIAL: 5.000.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA - QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O Nº 2 184

PESSOA COLECTIVA Nº 500 166 587



lisgráfica

**IMPRESSÃO
E ARTES GRÁFICAS, S.A.**

Casal de Santa Leopoldina
2730-053 BARCARENA

Capital Social: 5.000.000 €
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
de Cascais sob o n.º 2184

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

GRAFILIS 



ARTES GRÁFICAS, SA

ORGÃOS SOCIAIS
Mandato 2007 - 2010

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Jorge Manuel Sénica Galamba Marques
Vice-Presidente: Manuel Guilherme Pardal Monteiro Magalhães
Secretário: João Paulo Malhadas Teixeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: António Pedro Marques Patrocínio
Vogais: José Luis André Lavrador
José Pedro Brás Monteiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por
Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)
Vogais: José Manuel Varandas Marques
Filipa Cordeiro
Suplente: Isabel Maria Soeiro Nazaré Camacho

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte & Associados, SROC, S.A., inscrita na CMVM sob o nº 231, representada por
Paulo Jorge Duarte Galvão André, (ROC nº 979)

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2007

1º SEMESTRE

Nos termos da Lei, designadamente do que está contido no Art. 246º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 00/11, com a redacção dada pelo Regulamento 00/24 da CMVM, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados Consolidados reportados a 30 de Junho de 2007.

Toda a informação constante deste Relatório e das Demonstrações Financeiras em que está suportado respeitam à actividade e resultados das Empresas do Grupo durante o primeiro semestre do exercício.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

1.1. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA

Em termos globais, o crescimento económico mundial abrandará em 2007, embora permanecendo em níveis elevados para os padrões históricos. A expansão será mais homogénea, entre os principais blocos mundiais. A inflação permanecerá benigna, beneficiando da moderação da procura e do comportamento mais moderado do preço do petróleo. A globalização e a intensificação das trocas internacionais permanecem como os principais motores de crescimento, assim como o investimento, assente em balanços mais saudáveis e na acumulação de avultados meios libertos.

Nos EUA a taxa de crescimento trimestral anualizado do PIB no 1º trimestre de 2007 foi revista em baixa, de 1.3% para 0.6%, equivalente a uma expansão em cadeia de apenas 0.15%. Para além da contracção em investimento residencial, a variação das existências e o abrandamento das exportações justificaram a revisão em baixa.

Mas a robustez da economia continua a prevalecer, apesar da debilidade evidenciada pelos números oficiais do PIB; a perda de riqueza motivada pela queda do mercado da habitação e pelo aumento das taxas de juro tem sido compensada pela remuneração do trabalho e também pelos ganhos expressivos no mercado bolsista, indicados pela evolução do índice Dow Jones que cresceu no semestre 7,6% (de 12.463,15 em 31/12/06, para 13.408,62 em 29/06/07).

Na Zona Euro consolida-se o sentimento optimista estrutural para a região, assente nos ganhos de produtividade (sobretudo na economia alemã), na saúde financeira do sector empresarial, no aumento de emprego e na melhoria da confiança das famílias.

A evidência de uma tendência favorável sustentada na economia alemã justifica o optimismo para a região e a expectativa de uma menor vulnerabilidade face aos riscos de arrefecimento da economia global.

No 1º trimestre de 2007 o PIB aumentou 0.6% em cadeia face ao trimestre anterior e 3% em termos homólogos, sobressaindo a aceleração do investimento.

Reflectindo o bom clima económico vivido na Zona Euro e as boas perspectivas alimentadas pelos sinais de retoma em tal zona económica, evoluíram em sentido positivo os índices bolsistas respectivos como podemos ilustrar com as seguintes cotações:

O IBEX 35 (Madrid) cresceu no semestre cerca de 5,3% (de 14.146,5 em 31/12/06, para 14.892 em 29/06/07), enquanto que o DAX de Frankfurt valorizou cerca de 21,4% (de 6.596,92 em 31/12/06, para 8.007,32 em 29/06/07); por seu turno o CAC40 (Paris) valorizou cerca de 9,3% (de 5.541,76 em 31/12/06, para 6.054,93 em 29/06/07), enquanto que o FTSE 100 (Londres) cresceu cerca de 6,2% (de 6.220,8 em 31/12/06, para 6.607,9 em 29/06/07).

A economia portuguesa manteve, na primeira metade de 2007, a tendência de recuperação gradual observada no final de 2006. Após um crescimento homólogo do PIB de 2% nos primeiros três meses do ano, registou-se um ligeiro abrandamento no 2º trimestre, permitindo que se alcançasse no período o melhor registo desde o início de 2002.

A tendência registada deverá permitir ao Executivo cumprir as metas previstas até ao final do ano, que correspondem a um crescimento da riqueza nacional à volta de 1,8%.

O bom comportamento do investimento empresarial foi fundamental para atenuar a desaceleração de crescimento da economia no segundo trimestre, visto que compensou o considerável abrandamento que se tem vindo a registar nas exportações, no mesmo período.

De facto, a procura externa líquida verificou um contributo de 1.9 pontos percentuais para o crescimento do PIB (1.4 pp no trimestre anterior), traduzindo o elevado diferencial de ritmos de crescimento entre as exportações e as importações (8,1% e 1,9%, respectivamente). Esta forte expansão das exportações, que prolonga o bom desempenho ocorrido ao longo de todo o ano de 2006, decorre da conjuntura muito favorável que a Zona Euro vem registando (crescimento homólogo de 3%, após 3,3%, no último trimestre do ano passado), em particular nos nossos principais destinos, Espanha (4.1%) e Alemanha (3.6%).

A procura interna manteve-se praticamente estagnada (crescimento homólogo de 0.1%), no que constitui a apreciação menos favorável do desempenho da actividade, com o consumo público e o investimento a contraírem-se uma vez mais. Se por um lado, as despesas das administrações públicas se encontram em linha com os esforços de consolidação orçamental necessários ao país, o investimento, por outro lado, registou uma contracção e 2.3% em termos homólogos, o que perfaz mais de dois anos de quedas.

Assinala-se no 2º trimestre a recuperação do investimento privado que indicia condições para uma retoma mais sustentada e sólida, sinónimo de condições para a criação de emprego.

Os bons sinais do lado do investimento são cada vez mais fortes, apontando a estimativa do INE para um crescimento de 6,6% no ano de 2007.

O consumo privado, por sua vez, registou um crescimento de 1.2% com a componente de bens de consumo duradouro (automóveis e outros) a registar um crescimento de 0.1%, o que representou uma aceleração face ao trimestre anterior., constituindo a componente da despesa com a performance menos positiva.

A confiança dos consumidores teima em não melhorar, o que se tem reflectido na desaceleração continuada que o indicador coincidente do Banco de Portugal tem evidenciado e na queda, em termos reais, das vendas a retalho em Abril e Maio, isto apesar de o indicador de clima económico, divulgado pelo INE, ter apresentado uma melhoria nos dois meses mais recentes (Abril e Maio). O elevado nível de endividamento que as famílias portuguesas apresentam, a manutenção de uma postura mais agressiva na política monetária por parte do BCE, com subida nas taxas directoras e no custo do crédito, e o nível alto da taxa de desemprego constituem motivos para a evolução menos favorável do consumo privado.

A despeito da melhoria verificada na actividade a taxa de desemprego agravou-se de 8.2% para 8.4% da população activa, entre o quarto trimestre de 2006 e o primeiro deste ano, atingindo cerca de 470 mil trabalhadores.

A recuperação global da actividade no 1º semestre não impediu uma tendência de desaceleração dos preços, com a taxa média de inflação a recuar de 3.1% em Dezembro de 2006 para 2.7% em Maio de 2007. Em função da evolução dos preços na primeira metade de 2007, é expectável uma taxa média de inflação do ano em torno de 2.5%, abaixo do registo de 3.1% em 2006, mas revisto em alta face à previsão inicial de 2.3%.

A economia portuguesa foi também caracterizada, no 1º semestre de 2007, por uma diminuição das necessidades de financiamento externo; de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais divulgadas pelo INE, estas desagravaram-se de 7.7% do PIB no 4º trimestre de 2006 para 6.9% do PIB no 1º trimestre de 2007, sugerindo que as necessidades líquidas de financiamento externo rondem os 6.5% do PIB no final do 2º trimestre.

Depois de revisto de 4.6% para 3.9% do PIB o défice público, relativamente a 2006, tal indicador foi revisto para 3.3% do PIB para 2007.

A receita fiscal do Estado registou um crescimento homólogo de 8.6% no primeiro semestre do ano, assentando o comportamento desta variável no crescimento dos impostos directos e indirectos de 12.8% e 5.7% com particular realce para o crescimento da colecta de IRC (29.1%). Entretanto, a despesa corrente primária do Estado registou um crescimento homólogo de 3.8% nos primeiros seis meses do ano, evolução que resultou essencialmente do comportamento das despesas com pessoal.

Estas performances em matéria de receitas fiscais e despesas públicas, bem como os indicadores persistentes de recuperação da actividade alimentam a expectativa de que seja possível situar o défice no final do ano a níveis próximos ou abaixo dos 3% do PIB meta que, a confirmar-se, constituiria um desfecho muito favorável e colocaria Portugal fora do grupo dos países com défice excessivo.

1.2. GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, bem como todas as recomendações constantes de documentos posteriores e as regras sobre *governance* dimanadas entretanto da CMVM e, designadamente o Anexo descritivo do esquema de Relatório que se deve realizar, a LISGRÁFICA dá conta, nas alíneas seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos que importam.

1.2.1. – Divulgação de Informação

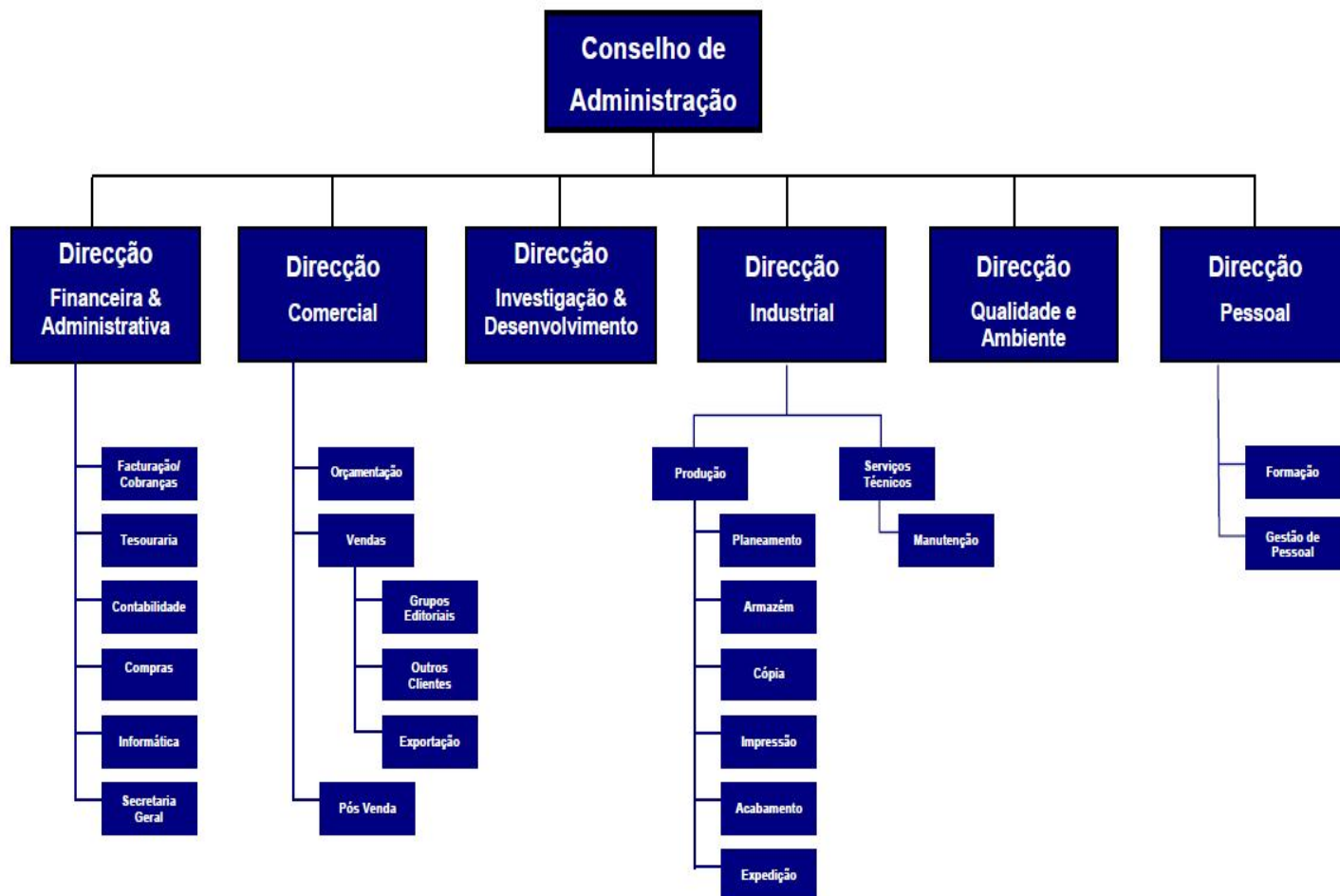
1. A Administração funciona de forma colegial, reportando a ela directamente e sem ligação directa de pelouros, 6 Direcções: Comercial, Financeira e Administrativa, Pessoal, Qualidade e Ambiente, Investigação e Desenvolvimento e Industrial, com os diversos Serviços que estão ilustrados no Organigrama que figura abaixo e está em vigor desde Dezembro de 2004, com ajustamentos recentes.

O Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua Obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com alguma importância. O Conselho está em contacto quase permanente com as Direcções e recebe uma informação constante que lhe permite gerir a sociedade com pleno conhecimento das circunstâncias, bem como os resultados do permanente controlo realizado pelas Direcções de Qualidade e ao qual nos referimos no ponto 1.2.3.2.

O Conselho tem como objectivo o planeamento, gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O Conselho reúne com enorme frequência, o que não só é facilitado pelo reduzido número dos seus membros, todos executivos, como pela proximidade geográfica dos respectivos gabinetes, mais de uma vez por semana, e também com frequência com outros membros da hierarquia, designadamente com os directores dos departamentos.

Com carácter mais formal, o Conselho reúne no mínimo uma vez por mês.



2. Não há comissões criadas na sociedade.

3. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta designadamente:

- (a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
- (b) o anúncio de resultados;
- (c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

Tem sido apresentado sistematicamente no capítulo 1.2 Governo das Sociedades dos Relatórios e Contas Anuais e Semestrais, gráficos ilustrativos da evolução da cotação das acções da Empresa no ano/semestre em causa e no mesmo capítulo alude-se à política de dividendos da sociedade, afirmando-se designadamente que nos dois exercícios seguintes à entrada em bolsa – 1999 e 2000 – foram distribuídos dividendos representando cerca de 0,40 euros/acção, política abandonada em 2001 por força da prolongada e grave crise económico-financeira que se verifica desde então, e ainda subsiste, que redundou em sucessivos exercícios deficitários e na queda dos capitais próprios que conduziu à deliberação recente de redução e aumento de capital.

Como política de princípio pode dizer-se que existe a intenção de distribuir lucros quando e sempre que for possível sem com isso afectar a segurança económico-financeira da empresa.

Pensamos ainda que a evolução das cotações ao longo do tempo estará mais ligada às características do mercado accionista periférico e à baixa liquidez do mesmo, do que à política de distribuição de dividendos e ao valor da empresa.

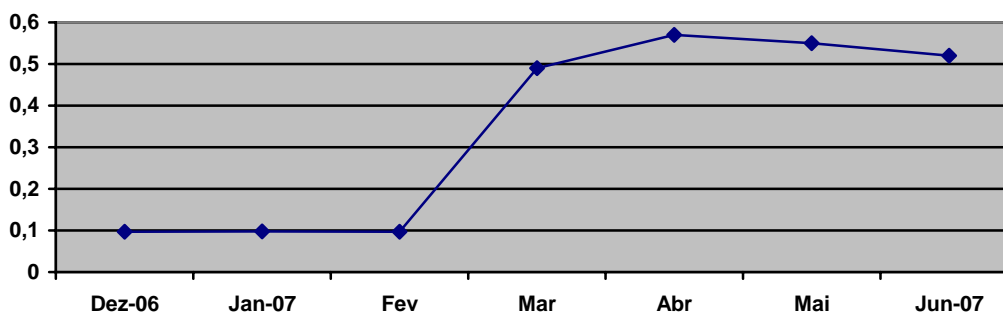
Tendo sido deliberado em 7/11/06 proceder à redução do capital social da sociedade de 20 milhões de Euros para 200 mil Euros, através da redução do valor nominal das acções de 5 Euros para 0,05 Euros, para cobertura de prejuízos, seguida do aumento para 5 milhões de Euros através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros através da emissão de um máximo de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador com valor nominal unitário de 0,05 euros cada, com subscrição reservada a accionistas.

O exercício dos direitos de subscrição decorreu entre 16 e 30 de Março de 2007, tendo os resultados da oferta e rateio sido divulgados no dia 4 de Abril de 2007, tendo todas as acções objecto de oferta sido totalmente subscritas.

Em 2 de Abril de 2007 a empresa apresentou o pedido de admissão à negociação na Euronext das 96 milhões de acções a emitir na sequência do aumento de capital.

Em 13 de Março passaram a ser negociadas em mercado primário os 4 milhões de acções antigas, com valor nominal já reduzido para 0,05 Euros/acção, ainda que para efeitos de análise comparativa consideremos tal pressuposto desde o início do ano.

A evolução da cotação das acções ao longo do 1º semestre do exercício de 2007 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia manutenção entre 29/12/06 e 13/03/07 em valores à volta de 0,097 euros, seguidos de uma valorização para 0,49 euros em 30/03/07 com subida até 0,52 euros em 29/06/07, sendo que a análise da evolução no período semestral deva tomar em consideração o ajustamento derivado da redução do valor unitário da acção e o respectivo aumento do número de acções representativo do novo capital.



4. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
5. Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.
6. Gabinete de Apoio ao Investidor: O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, pessoa com particular competência para a área financeira e económica, cabendo-lhe atender todos os Accionistas e, mesmo apenas, interessados em informações sobre a Sociedade.
O acesso é normal, bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.
Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

O referido Representante é o Senhor Dr. José Luís André Lavrador.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade; está em preparação e desenvolvimento, no mesmo sítio, um conjunto de outras informações sobre as capacidades comerciais e industriais da Lisgráfica, que esperamos fique operacional no decurso do corrente exercício.

O endereço electrónico do sítio é www.lisgrafica.com

7. Não existe comissão de remunerações do órgão de administração na Sociedade, nem tal se tem revelado necessário, ainda que a recente alteração do Pacto Social tenha deixado aberta a possibilidade da sua criação futura. A fixação das remunerações dos Órgãos de Administração tem sido feita em Assembleia Geral, nos termos do artigo 10º do pacto social.

8. A seguir indicamos os montantes pagos no semestre:

- Remuneração do Conselho de Administração Euros 96.891
- Remunerações ao Conselho Fiscal Euros 12.300
- Remunerações ao Auditor Externo Euros 10.000

A remuneração colectiva do órgão de administração foi de Euros 96.891, tendo apenas componente fixa, ainda que os estatutos prevejam no nº1 do artigo 10º a possibilidade de atribuição de percentagem sobre os lucros, circunstância que a realidade da operação tem impossibilitado. Deste modo, a remuneração atribuída semestre aos três membros do órgão de administração, no valor global acima referido teve carácter exclusivamente fixo.

Por outro lado, a qualificação do desempenho, quer do órgão de administração, quer do órgão de fiscalização é anualmente feita em assembleia geral não estando regulamentada qualquer ligação entre a remuneração e o desempenho.

Não estão contemplados quaisquer prémios e/ou incentivos não pecuniários ligados ao desempenho ou performances alcançadas, atribuíveis ao órgão de administração.

Não ocorreram quaisquer pagamentos por outras sociedades em relação de domínio ou grupo.

O montante da remuneração indicada para o Auditor Externo respeita, integralmente, à prestação de serviços de revisão legal de contas.

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, a não ser que se considere o facto de não existir boletim de voto para o voto por correspondência. O voto por correspondência não está previsto mas também não é excluído nos estatutos, e o seu exercício consta expressamente na convocatória das Assembleias Gerais, passando a reger-se nos seguintes termos, após a recente alteração dos estatutos:

“ Os Senhores accionistas terão direito a um voto por cada 2.500 acções que detenham, e podem votar por correspondência devendo, neste caso, a declaração de voto (que deve indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita) ser enviada para a sede social em sobrescrito fechado e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião. O escrutínio dos votos recebidos por correspondência será feito no início da reunião, devendo os mesmos ser apresentados pelo Secretário da Sociedade, que assegurará a sua confidencialidade, seguindo-se em tudo o mais o prescrito nas Recomendações de 26 de Fevereiro de 2001 pela CMVM”.

2/3. Como se refere acima, não existe propriamente um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, mas também não foi ainda necessário, isto é, ninguém o solicitou até à data, e não existe ainda possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

4/5. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral está estabelecida nos estatutos, e é dois dias, após a recente alteração dos estatutos, dando eco às recomendações da CMVM. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção está incluído na convocatória atrás reproduzida: o voto deve ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

6. A cada 2.500 acções cabe um voto (n.º 2 do artigo 8º do Pacto Social).

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a Lisgráfica ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas (actualmente e para o quadriénio 2007/2010 o Auditor Externo, entidade que acumula funções com as de Revisor Oficial de Contas externo ao Conselho Fiscal, é a Delloite & Associados, SROC, S.A., entidade inscrita na CMVM) e, mensalmente, pelo Presidente do Conselho Fiscal, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções.
Periodicamente realizam-se também reuniões do Conselho Fiscal, que acompanha a evolução da Empresa.
Para além disto, e em mais detalhe e frequência, a Direcção da Qualidade, no exercício das suas funções, controla mensalmente o cumprimento de indicadores sectoriais que, em colaboração com a Administração/Direcções haviam sido estabelecidos como referências/metast indicativas de eficiência dos vários Serviços.

3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista, salvo os previstos expressamente nos Estatutos da Empresa

Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, S.A.) e a Lisgráfica, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica, cujos efeitos foram suspensos nos exercícios de 2005 e 2006 tendo sido retomado em Janeiro de 2007, conforme deliberação de Assembleia Geral de 30/05/07.

1.2.4. – Órgão de Administração

1. a) O Conselho de Administração, cujo limite de membros, conforme recente alteração do pacto social é de sete, é actualmente composto pelas seguintes pessoas, com mandato conferido em Assembleia Geral de accionistas de 30/05/07 para o quadriénio de 2007/2010:

Presidente:	Engº António Pedro Marques Patrocínio
Vogais:	Dr. José Luís André Lavrador
	Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro

Não existe Comissão Executiva na sociedade e os três membros do órgão de gestão acima identificados desempenham funções executivas não existindo, de momento administradores não executivos, recomendação que a sociedade procurará, de futuro, respeitar; até lá as respectivas competências serão, eventualmente, exercidas por outros órgãos sociais.

Também não existem administradores independentes, no conceito legal, ainda que o Presidente do Conselho de Administração e o vogal José Luís A. Lavrador não tenham interesse, participação ou relações especiais com os accionistas que detêm posição maioritária na sociedade. Apenas o vogal José Pedro Braz Monteiro desempenha funções de administrador e é accionista na Gestprint, empresa Holding.

b) Outras funções em Empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Eng^o António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Luís André Lavrador é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.” e da “GESTPRINT – SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva além do atrás referido.
3. O funcionamento e frequência de reuniões do Conselho de Administração estão referidos no ponto 1.2.1. desta Informação.
4. A remuneração total ou parcial de todos os titulares do órgão de administração não está dependente dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas.
5. Os custos no semestre com o Conselho de Administração, no que se refere à sua remuneração, foram de Euros 96.891.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A Lisgráfica cumpre, de uma maneira geral, as recomendações da CMVM, com excepção, salvo erro e/ou omissão, os seguintes pontos:

-RECOMENDAÇÃO II-2: Não há praticamente qualquer limitação ao exercício do direito de voto, mas os estatutos da sociedade estabelecem um prazo de 2 dias de antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral.

Também nunca nos foram solicitados boletins de voto para o exercício por correspondência, e quando tal acontecer o exercício do direito de voto não será prejudicado.

-RECOMENDAÇÃO II-7: Não existem comissões de controlo internas com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, mas esta avaliação é feita permanentemente pelo próprio Conselho de Administração, não só em debate frequente entre si sobre estes assuntos, como também em diálogo com a Direcção da Qualidade.

Para além disso, esta avaliação também é realizada pelos representantes da GESTPRINT com quem a Lisgráfica tem um contrato de gestão.

-RECOMENDAÇÃO II-9: A remuneração dos membros do Conselho de Administração é indicada de forma agregada. Na verdade, por um lado, a informação da remuneração individual não diz respeito ao grande público e, quanto aos accionistas, essa informação é do seu conhecimento pois as remunerações são fixadas em Assembleia Geral, devendo acrescentar-se, ainda, a sua disponibilidade para acatar no tocante a tais recomendações designadamente os seguintes pontos:

(i) Tomando boa nota da recomendação respeitante à inclusão de administradores não executivos, a qual de momento não é possível satisfazer, vai a sociedade procurar dar cumprimento no futuro, eventualmente até, se tal se revelar realizável, sendo as respectivas competências exercidas por titulares de outros órgãos sociais;

(ii) Registamos a recomendação relativa ao dever de inclusão de membros independentes, cujo cumprimento está directamente ligado ao ponto anterior;

(iii) Já na assembleia geral realizada em 30/05/07 foi aprovada a alteração de estatutos da sociedade de forma a cumprir a recomendação sobre política de remunerações e igualmente a concretizar melhor esta recomendação agora feita e com vista à apreciação pela próxima assembleia geral anual de accionistas;

(iv) Não existem nos estatutos, nem noutra área da sociedade, quaisquer regras diferentes das legais sobre a nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e a alteração dos estatutos da sociedade.

2. GRUPO LISGRÁFICA

O “Grupo Lisgráfica” é constituído pela LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A. e Empresas Subsidiárias e tem como actividade principal a impressão de Revistas, Jornais e Publicações Similares.

As empresas incluídas na consolidação, a sua actividade, data de constituição, respectivas sedes e proporção do capital detido pelo Grupo, em 30/06/2006 são conforme segue:

Empresa	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital
Detido				
Lisgráfica, S.A.	Impressão de Revistas e Jornais	27-12-1973	Queluz de Baixo	-
Subsidiárias				
Grafilis, S.A.	Composição, Fotolito, Montagem	18-10-1984	Queluz de Baixo	100,00%
Gestigráfica, SGPS, SA	Gestão de Participações Sociais	02-02-1993	Queluz de Baixo	100,00%

As empresas subsidiárias, Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A., e Gestigráfica – SGPS, S.A. foram incluídas na consolidação pelo método da integração global, de acordo com o estabelecido na alínea a) do artigo 1º do Dec – Lei 238/91, de 2 de Julho.

No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital social da Gestigráfica, detidos pela Heska, desde a data do aumento de capital, pelo seu valor nominal que ascendeu a 5 mil euros, pelo que a Empresa se apropriou dos 100% acima assinalados, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o acordo é irrevogável.

No final do 1º trimestre de 2006 ocorreu a alienação à Cofihold da participação de 50% , detida directamente pela Lisgráfica na Grafedisport, operação que originou um encaixe de cerca de 2 milhões de Euros, envolvendo a participação e prestações acessórias de capital.

No final do exercício de 2006, e concretizando o protocolo estabelecido anteriormente, ocorreu a alienação por parte da Gestigráfica da participação de 9,03% do capital da Naveprinter à Global Notícias.

Apesar de a apresentação das Contas Consolidadas não concorrer com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado, e a despeito da imaterialidade do impacto das Empresas Subsidiárias, vai a Empresa continuar a apresentar no semestre em apreço Contas Consolidadas à luz das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), dando assim satisfação às recomendações dimanadas da CMVM em ordem ao cumprimento da legislação em vigor.



3. BREVES NOTAS E SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS MÃE E SUBSIDIÁRIAS

3.1. EMPRESAS INCLuíDAS NA CONSOLIDAÇÃO

3.1.1. LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

2007, embora permanecendo em níveis elevados para os padrões históricos. A expansão será mais homogénea, entre os principais blocos mundiais. A inflação permanecerá benigna, beneficiando da moderação da procura e do comportamento mais moderado do preço. Em termos globais, o crescimento económico mundial abrandará em do petróleo.

Na Zona Euro consolida-se o sentimento optimista estrutural para a região, assente nos ganhos de produtividade (sobretudo na economia alemã), na saúde financeira do sector empresarial, no aumento de emprego e na melhoria da confiança das famílias.

A economia portuguesa manteve, na primeira metade de 2007, a tendência de recuperação gradual observada no final de 2006. Após um crescimento homólogo do PIB de 2% nos primeiros três meses do ano, registou-se um ligeiro abrandamento no 2º trimestre, permitindo que se alcançasse no período o melhor registo desde o início de 2002, alimentando expectativas de cumprimento das metas previstas até final do ano, que correspondem a um crescimento da riqueza nacional à volta de 1,8%.

Não obstante a continuação de crescimento, a conjuntura económica mundial foi marcada por uma preocupação acrescida dos principais Bancos Centrais com a inflação, a qual determinou uma tendência de maior restritividade das condições monetárias e financeiras nas principais economias desenvolvidas.

Consistente com esta preocupação, o preço do Brent subiu cerca de 21% entre Dezembro e Junho, fixando-se em USD 72,82/barril, enquanto o BCE elevou a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 50 pontos base, de 3,5% para 4%, o que se traduziu numa subida da taxa de juro Euribor a 3 meses de 3,725% para 4,175%, a seis meses de 3,853% para 4,315%, e a 12 meses de 4,028% para 4,528%, determinando que a relação Euro/Dólar evoluísse de 1,3189 em finais de Dezembro para 1,3538 em finais do semestre.

Reflectindo o bom clima económico vivido na Zona Euro e as boas perspectivas alimentadas pelos sinais de retoma em tal zona económica, evoluíram em sentido positivo os índices bolsistas respectivos como podemos ilustrar com as seguintes cotações:



O IBEX 35 (Madrid) cresceu no semestre cerca de 5,3% (de 14.146,5 em 31/12/06, para 14.892 em 29/06/07), enquanto que o DAX de Frankfurt valorizou cerca de 21,4% (de 6.596,92 em 31/12/06, para 8.007,32 em 29/06/07); por seu turno o CAC40 (Paris) valorizou cerca de 9,3% (de 5.541,76 em 31/12/06, para 6.054,93 em 29/06/07), enquanto que o FTSE 100 (Londres) cresceu cerca de 6,2% (de 6.220,8 em 31/12/06, para 6.607,9 em 29/06/07).

A evolução da cotação das acções ao longo do 1º semestre do exercício de evidencia manutenção entre 29/12/06 e 13/03/07 em valores à volta de 0,097 euros, seguidos de uma valorização para 0,49 euros em 30/03/07 com subida até 0,52 euros em 29/06/07, sendo que a análise da evolução no período semestral deva tomar em consideração o ajustamento derivado da redução do valor unitário da acção e o respectivo aumento do número de acções representativo do novo capital, continuando a tratar-se de um título com liquidez reduzida e integrado num mercado cada vez mais periférico.

O Sector vive, assim, ainda um período difícil, condicionado pela continuação do forte dinamismo editorial com sinais de concentração, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços entre unidades nacionais e estrangeiras e de uma acentuada concorrência estrangeira, em particular de Espanha e pela expectativa quanto ao reforço de investimento.

Enquadrada que foi a conjuntura em que a actividade decorreu, assinalemos as principais ocorrências do semestre.

Tendo sido deliberado em 7/11/06 proceder à redução do capital social da sociedade de 20 milhões de Euros para 200 mil Euros, através da redução do valor nominal das acções de 5 Euros para 0,05 Euros, para cobertura de prejuízos, seguida do aumento para 5 milhões de Euros através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros através da emissão de um máximo de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador com valor nominal unitário de 0,05 euros cada, com subscrição reservada a accionistas.

O exercício dos direitos de subscrição decorreu entre 16 e 30 de Março de 2007, tendo os resultados da oferta e rateio sido divulgados no dia 4 de Abril de 2007, tendo todas as acções objecto de oferta sido totalmente subscritas. Em 2 de Abril de 2007 a empresa apresentou o pedido de admissão à negociação na Euronext das 96 milhões de acções a emitir na sequência do aumento de capital.



Em 13 de Março passaram a ser negociadas em mercado primário os 4 milhões de acções antigas, com valor nominal já reduzido para 0,05 Euros/acção, ainda que para efeitos de análise comparativa consideremos tal pressuposto desde o início do ano, sendo que a admissão à negociação dos novos títulos foi concedida em 30 de Julho.

Na sequência da operação imobiliária concretizada com o ESAF em Julho de 2004, continua em desenvolvimento um projecto imobiliário visando as áreas não necessárias à operação industrial, cujo estudo prévio deu já entrada na Câmara Municipal de Oeiras, que aguarda decisão; a decisão que recair sobre tal projecto terá impacto no “quantum” da renda face à comercialização dos lotes que vierem a ser autorizados, havendo manifestação de interesse de vários candidatos aos módulos que vierem a ser aprovados.

Foi subscrito com data de 31/7/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e o Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas, resultou um esquema prestacional mensal iniciado em Setembro/05, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de imobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

No quadro deste acordo foram satisfeitas pela Empresa, durante o primeiro semestre do exercício, prestações representativas de 635 mil Euros, repartidos por 578 mil Euros de capital e 57 mil Euros de juros de mora/compensatórios.

As Vendas do semestre registaram uma variação positiva de 1.909 mil Euros, equivalentes a 12,5%, face a semestre homólogo.



Os valores acima ilustram o resultado dos condicionalismos em que a operação se desenvolveu, traduzindo um crescimento de produção de 43 milhões de cadernos, performance que sugeriria um crescimento do valor nominal das vendas muito superior, contrariado pela enorme pressão sobre os preços e margens dos trabalhos por parte dos Editores, face à concorrência, e ainda a suspensão de algumas publicações e as políticas editorial e de distribuição do editores de Listas Telefónicas.

A análise da evolução das Vendas/Facturação, por Família, faz-se em capítulo próprio, cabendo aqui destacar, pelo significado, o contributo trazido para o negócio, ao abrigo de um protocolo, posteriormente transformado em contrato, assinado entre a Lisgráfica e o Grupo Sojornal, envolvendo a impressão do Expresso (1º Caderno e Caderno de Economia), bem como Suplementos Comerciais, Courier Internacional e Jornal de Letras, contrato duradouro, renovável e que tem associado a obrigação de instalação de equipamento de impressão adequado por parte da Lisgráfica.

Esta operação constitui sinal de uma parceria conseguida e revela a confiança mútua que existe entre as partes envolvidas.

Comparativamente ao Programa Económico-Financeiro, regista-se um desvio global ainda favorável de cerca de 775 mil Euros. (4,7%).

Aos valores de Vendas acima assinalados haverá que adicionar os Proveitos Suplementares/Operacionais relevados no período que representaram cerca de 610 mil Euros, contra 653 mil Euros em semestre homólogo de 2006 e 825 mil Euros inscritos no Programa Económico-Financeiro para o período correspondente.

Da consolidação de todo o tipo de Proveitos Operacionais (Vendas de Produtos e Serviços/Proveitos Suplementares/Outros proveitos Operacionais) decorre que o primeiro semestre de 2007 revela uma extensão de 17.771 mil Euros, contra 15.905 mil Euros em semestre homólogo de 2006 e 17.212 mil Euros no Programa Económico-Financeiro, evidenciando desvios favoráveis de cerca de 1.865 mil Euros, e 559 mil Euros, respectivamente.

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e à sua adequação às novas condições de laboração, observou-se um agravamento de Custos Operacionais, face a período homólogo, de cerca de 900 mil Euros (5,3%), que contrapõe a um incremento dos Proveitos Operacionais de cerca de 1.866 mil Euros (11,7%), em idênticos períodos.



Este agravamento reflecte-se nos CMVC onde representa cerca de 1,526 milhões de Euros, reflectindo o crescimento das Vendas e a respectiva composição e FSE com uma extensão de cerca de 170 mil Euros, traduz um ligeiro decréscimo nas Amortizações da ordem dos 53 mil Euros, e uma queda mais expressiva em Despesas com Pessoal da ordem dos 794 mil Euros, traduzindo a adequação de efectivos, associada à redução drástica das Indemnizações.

Os Custos Financeiros reflectem um agravamento marginal de cerca de 11 mil Euros, reflectindo ajustamento da taxa de juro e o efeito dos acordos tendentes à regularização da dívida fiscal, enquanto que os Outros Custos Operacionais registaram um incremento ligeiro de cerca de 52 mil Euros

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio desfavorável de cerca de 1,278 milhões de euros (7,7%) e no tocante a Custos Financeiros um desvio desfavorável de cerca de 21 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, ao controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, ao aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância, a par de preocupações pela qualidade e cumprimento dos prazos sem descurar preocupações no âmbito do ambiente e segurança no trabalho.

Este conjunto de medidas conferiu às Contas da sociedade um maior rigor fazendo com que as Demonstrações Financeiras espelhem com maior verdade a realidade da sua situação patrimonial e o resultado das suas operações.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

Impressão de Revistas

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.



O quadro geral das máquinas era, no final de 2003, composto por oito rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, duplexadas entre si, podendo imprimir em conjunto Listas Telefónicas em cadernos de 64 páginas ou, separadas, imprimir cadernos de 32 páginas de revistas, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e a terceira no exercício de 2002, que imprimem cadernos de 48 páginas, operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam deagrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina algum excesso de capacidade.

O Departamento dispunha, no final de 2003, de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 700 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

Tal capacidade foi reduzida no mês de Janeiro de 2004 em consequência de um incêndio que deflagrou nas instalações da Empresa, provocando danos significativos em duas rotativas de 48 páginas; tomadas as medidas convenientes no sentido de minorar os efeitos que tal sinistro provocou, em matéria de cumprimento de contratos com Clientes, foi recuperada a Rotativa nº 9 em cerca de três semanas, enquanto que no que respeita à Rotativa nº 8, parcialmente perdida, foi negociada a respectiva indemnização por parte da Seguradora e encarada a respectiva substituição.

Numa primeira fase, resolveu-se a perda de capacidade produtiva através do recurso a subcontratação no exterior, nomeadamente no tocante a Listas Telefónicas e adiou-se a transferência dos trabalhos da Lusomundo da Naveprinter para a Lisgráfica.



Encarada a substituição da rotativa sinistrada, foi adiada tal decisão, na expectativa da consolidação de diversos projectos futuros, por forma a podermos seleccionar um equipamento adequado à execução desses projectos.

Nessa medida, e como forma de compensar temporariamente a escassez de meios, foi decidido adquirir à Naveprinter, no quadro da sua decisão de encerrar o Departamento de impressão de Revistas, as duas rotativas M850 e M300, tendo sido instalada durante o ano de 2005 a primeira por forma a minorar, em parte, a capacidade perdida e tendo sido alienada a segunda por desnecessária.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1. Produção das Rotativas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2007	1º Semestre/2006
979.825	936.762

Ilustrando os condicionalismos em que se desenrolou a actividade no período, constatamos um acréscimo de produção das Rotativas de 43 milhões de cadernos, em relação a período homólogo de 2006, equivalente a cerca de 4,6%, compreendendo a impressão de Listas Telefónicas a quatro cores.

O Sector de Acabamento de Revistas dispunha, no final do exercício, dos seguintes meios:

Três Linhas “Muller-Martini” modelo 300, uma Linha “Heidelberg”, apoiadas em “backup” por duas máquinas mais antigas, e ainda uma encartadora-envelopadora “Bhurs Zandaam”, uma Linha “Muller-Martini” modelo *Tempo*, com capacidade para 15 mil exemplares/hora e um Sistema de tambor “Ferag” com capacidade para 22 mil exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.



No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “*Corona*” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “*Image*” montado em linha de alimentação “*Bhurs Zandaam*” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “*Creo Scitex*” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante, linhas substituídas em 2003 por outras mais evoluídas tecnicamente, do fabricante “*Creo*”.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou um crescimento de cerca de 12 milhões de exemplares (9%), enquanto que na Capa Colada a produção se situou a nível idêntico ao verificado no semestre homólogo do ano anterior, à volta dos 8,6 milhões de cadernos.

Por seu turno, o acabamento na Martini de Listas Telefónicas representou, durante o semestre, cerca de 2 milhões de volumes, mantendo um nível semelhante ao ano anterior.

Impressão de Listas

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “*Printing Agreement*” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.



O início da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, despoletado no 2º semestre de 2002 com a Lista Classificada de Lisboa, determinou uma reorganização do nosso Departamento de Impressão, que passou a ocupar-se da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, à custa das duas rotativas Heidelberg M850 duplexadas, bem como das rotativas de 48 páginas Heidelberg Sunday 4000.

O antigo e clássico Departamento de Listas dispõe de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias, ocupando-se exclusivamente da impressão dos cadernos até três cores, bem como do acabamento, havendo coordenação e interacção dos dois Departamentos, sob uma Direcção comum, no sentido da harmonização das produções respectivas.

Produção de Listas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2007	1º Semestre/2006
97.431	152.127

A produção comparada acima referida refere-se à produção de Listas até três cores e indicia uma redução de 55 milhões de cadernos (36%).

Numa perspectiva global da produção, independentemente do Departamento onde são impressas, verificou-se no semestre uma produção total de 2,050 milhões de volumes, para um plano editorial que comporta cerca de 5,5 milhões de livros.



Investimento

Durante o semestre em análise, o investimento efectuado assumiu a expressão de 259 mil Euros, ressaltando como variações mais significativas as seguintes:

Equipamento de Transporte	74,2 mil Euros
Equipamento Administrativo	2,8 mil Euros
Imobilizações em Curso	166,1 mil Euros
Adiant. Imobiliz. Corpóreas	15,6 mil Euros

Durante o mesmo período, ocorreram regularizações (abates) de cerca de 101 mil Euros na classe Equipamento de Transporte.

As adições mais significativas, ocorridas no período, estão ligadas a despesas incorridas com o aumento de capital, com o projecto de licenciamento industrial e ambiental, com uma grande reparação no Incinerador Epsilon (Imobilizações em Curso) e com aquisição de viaturas.

As reintegrações praticadas no semestre representaram cerca de 2.695 mil Euros.

Tais variações implicaram que o Activo Imobilizado Bruto Técnico se tenha fixado, em 30 de Junho de 2007, em 104 milhões de Euros.

Finanças

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 913,8 mil Euros; deste valor, 780 mil Euros representam amortização de capital e 133,8 mil Euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 30/06/07 representam um total de 8.233 mil Euros, subdivididos em 3.063 mil Euros qualificados como responsabilidades a um ano e 5.170 mil Euros como responsabilidades a M/L prazo.

Tais valores respeitam, exclusivamente a equipamentos operacionais.



Acrescem responsabilidades com locações operacionais, associadas a viaturas automóveis que, a um ano assumem a extensão de cerca de 86 mil Euros e, a mais de um ano, representam cerca de 121 mil euros, bem como as responsabilidades associadas às Instalações – contrato de locação celebrado em 20/07/04 com o ESAF com o prazo inicial de 15 anos e, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada e faculdade de retoma a partir do 8º ano – que representam cerca de 3.127 mil euros a um ano e 33.866 mil Euros até ao final do contrato sublinhando-se que as responsabilidades futuras, a relevar em Fornecimentos e Serviços Externos, poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto de contrato venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras.

Durante o exercício não foram celebrados novos Contratos de Locação Financeira.

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 5,5 milhões de Euros e 284,2 mil Euros de juros., ao mesmo tempo que foram liquidadas emissões de Papel Comercial representativas em termos de capital cerca de 1,2 milhões de Euros e, a título de juros cerca de 219 mil Euros.

O valor do esforço ligado a regularização de Passivo Financeiro representou, em consequência, no semestre cerca de 7,5 milhões de Euros que adicionam a cerca de 69 milhões durante os exercícios de 2004/2006; o Passivo Financeiro remanescente representa, em 30/06/07, cerca de 22 milhões de Euros, fixando-se assim em cerca de 30% da respectiva extensão em finais de 2003.

Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 7/11/06 foi deliberado, no âmbito da operação harmónio desenhada com o objectivo de reforçar a estrutura de capitais próprios da Lisgráfica e como forma de promover o saneamento e reforçar a viabilidade económico-financeira da Empresa, aumentar o capital social da Lisgráfica de 200 mil Euros para 5 milhões de Euros, através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros, representada pela emissão de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 0,05 Euros cada, com subscrição reservada a accionistas no exercício do direito de preferência.

A aprovação do prospecto da oferta pública ocorreu em 9 de Março, e o mesmo foi divulgado em 12 de Março, sendo que o prazo para o exercício dos direitos de subscrição decorreu entre 16 e 30 de Março, tendo os resultados da oferta e rateio sido divulgados no dia 4 de Abril, tendo todas as acções objecto de oferta sido subscritas.

Em 2 de Abril a Lisgráfica apresentou o pedido de admissão à negociação na Euronext das 96 milhões de acções a emitir na sequência de tal aumento de capital, pedido atendido em 30 de Julho de 2007.



Em resultado da operação acima descrita a Gestprint aumentou a sua participação na Lisgráfica de 73,11% para 82,06%.

A evolução da cotação das acções ao longo do 1º semestre do exercício de 2007 evidencia manutenção entre 29/12/06 e 13/03/07 em valores à volta de 0,097 euros, seguidos de uma valorização para 0,49 euros em 30/03/07 com subida até 0,52 euros em 29/06/07, sendo que a análise da evolução no período semestral deva tomar em consideração o ajustamento derivado da redução do valor unitário da acção e o respectivo aumento do número de acções representativo do novo capital

A admissão à negociação das 96 milhões de novas acções derivadas do aumento de capital ocorreu em 30/07/07, sendo que as novas acções se tornaram fungíveis com as 4 milhões de antigas acções assumindo o código LIG AE.

Pensamos ainda que a evolução das cotações ao longo do tempo estará mais ligada às características do mercado accionista periférico e à baixa liquidez do mesmo, do que à política de distribuição de dividendos e ao valor da empresa.

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que detinha no final do exercício anterior a que se juntam 110.713 acções do BCP, registadas em “*Outras Aplicações de Tesouraria*”.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados nos exercícios anteriores e a redução de Meios Libertos da exploração, em consequência da conjuntura, decidiu a gestão, prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2007/2008, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios, decorrendo negociações tendentes ao reescalonamento dos Programas de Papel Comercial, Contratos de Empréstimo e/ou Contas Correntes Caucionadas e Contratos de Locação Financeira.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/7/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no semestre um valor de rendas rondando 1,5 milhões de Euros.



Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de Arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo já sido apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço que determinará a desafecção de lotes não necessários à operação industrial e, como consequência a sua afectação a outros fins com redução do valor da renda.

Foi subscrito com data de 31/7/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e o Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas, resultou um esquema prestacional mensal iniciado em Setembro/05, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de imobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

No quadro deste acordo foram satisfeitas pela Empresa, durante o primeiro semestre do exercício, prestações representativas de 635 mil Euros, repartidos por 578 mil Euros de capital e 57 mil Euros de juros de mora/compensatórios.

Mercado

As considerações feitas no capítulo 2.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o 1º semestre do ano explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante tal período.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do semestre e indiciam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da Produção e Vendas da Lisgráfica.



O mercado publicitário português cresceu nos primeiros cinco meses do ano tendo o investimento publicitário, a preços de tabela, crescido 3,6%, comparado com período homólogo. Nos cinco meios analisados – televisão, imprensa, “outdoor”, rádio e cinema – foram investidos 1,3 mil milhões de euros, dos quais couberam à televisão cerca de 905 milhões de euros denunciando um crescimento de 2,2%; a imprensa é o segundo meio mais apetecido pelos anunciantes, tendo os jornais e revistas captado investimentos de cerca de 245 milhões de euros e registado o segundo maior crescimento nos cinco meses do ano, cifrado em cerca de 10,3%; a rádio foi o único suporte a registar um crescimento negativo com uma quebra de 2,9% para 56 milhões de euros tendo o cinema, apesar de ser o meio em que os anunciantes menos apostam, sido o meio que registou maior aumento percentual da ordem dos 15,2%, absorvendo cerca de 4,2 milhões de euros.

Registaram-se algumas movimentações indiciando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira, mas no que respeita à Lisgráfica nenhum reflexo destas movimentações se fez sentir, salvo no tocante a preços que importa manter concorrenciais, o que implica cuidados especiais em matéria de produtividade e rentabilidade dos recursos, preocupação acrescida em função da limitação de meios decorrente do sinistro, tendo-se agudizado sobremaneira a concorrência em matéria de preços, esmagando as margens agora já não só na Família de *Folhetos/Catálogos* em que a concorrência é sempre particularmente agressiva.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico, merecendo realce a circunstância de ganhar alguma importância a multiplicação de publicações gratuitas que polarizam uma fatia com algum significado do investimento publicitário, sendo ainda prematuro augurar o futuro de tais iniciativas.

Durante o semestre a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente as revistas mensais “*Secretos de Cocina*” e “*Líneas e Puntos*” variantes de títulos idênticos em língua portuguesa mas traduzidos em espanhol e, portanto, dirigidos ao mercado do país vizinho, editados pela Euroimpala.

Para além destes títulos merece particular referência o início da impressão, nos termos de um protocolo mais tarde transformado em contrato, o “*1º Caderno do Expresso*”, bem como o “*Caderno de Economia*”, e ainda o “*Courrier*” e todos os novos “*Suplementos Comerciais*” que vierem a ser lançados pela Sojornal, operação que reforça as relações entre as duas Organizações em termos duradouros e indicia uma parceria de sucesso.



Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “Gente Jovem”, “Mega Score e Êxito”, todas editadas pela RGB Editora, a “Revista DEZ”, suplemento semanal do Record, editada pela Edisport, a revista “Xis” suplemento semanal do Público e a revista “24 Horas” suplemento dos domingos do Diário de Notícias, editada pela Global Notícias, projecto que será reformulado.

Entretanto, e no âmbito da operação acordada com a Sojornal, deixaram de ser impressos na Lisgráfica e passaram para outra unidade, os suplementos “Espaços e Casas” e “Emprego”.

Em matéria de Listas Telefónicas, cumpre-se o programa de impressão fixado pelo Editor, estando a funcionar em condições normais a impressão em quadricromia das Listas Classificadas ou Mistas no Departamento de Impressão de Revistas, para o que dispomos das duas M850 duplexadas e das duas Sunday 4000, e para a impressão de cadernos até três cores, continuamos a dispor da Rotativa Harris II do Departamento de Listas Telefónicas, tendo vindo a acentuar-se, em resultado da política editorial e de distribuição do editor, a redução de tiragens e a consequente redução de facturação.

Estuda-se, em conjunto com o Editor, a melhor solução para uma eventual mudança de formato de algumas Listas Regionais, com vista a otimizar consumos de papel e custos de impressão.

LISGRÁFICA		
	Jun/06	Jun/07
Activo Total	77.166.012	71.534.637
Passivo Total	75.712.808	67.300.755
Capital Próprio	1.453.204	4.233.882
Resultados Líquidos	(1.901.510)	(1.294.910)
Vendas Líquidas	15.252.168	17.161.188



As Vendas comparadas do 1º semestre de 2007, versus período homólogo de 2006, ventiladas por grandes famílias de Produtos evoluíram do seguinte modo:

Famílias	2007	2006	Variação (+/-)
Revistas	9.065,2	8.969,1	96,1
Suplementos	2.782,1	3.389,7	(607,6)
Exportação	94,4	119,2	(24,8)
Boletins	0	8,9	(8,9)
Catálogos / Folhetos	3.842,2	2.256,4	1.585,8
Listas	1.391,1	1.671,4	(280,3)
<i>NOTA: valores em milhares de Euros.</i>	18.175,0	16.414,7	1.760,3

O quadro ilustra um desvio global líquido global de cerca de 1.760 mil Euros (10,72%) e sublinhamos líquido, porquanto não reflecte o efeito da dedução de rappel que representou, respectivamente, 1.014 mil euros no 1º semestre de 2007, contra 1.162 mil euros no semestre homólogo de 2006, determinando que as Vendas Líquidas de rappel do 1º semestre de 2007 atingissem 17.161,2 mil euros, contra 15.252,2 mil euros no 1º semestre de 2006, determinando um desvio favorável global de 1.909 mil euros (12,5%).

A comparação com os objectivos assinalados no Programa Económico-Financeiro para o semestre ilustra um desvio global ainda favorável de cerca de 775 mil Euros (4,7 %).

A análise por Famílias denuncia desvios favoráveis em “Revistas” e “Catálogos/Folhetos” de , respectivamente, 96 mil euros e 1.585 mil euros e desfavoráveis em “Suplementos” de 607 mil euros, “Exportação” de 25 mil euros, “Boletins” de 9 mil euros e, finalmente, “Listas Telefónicas” de 280 mil euros.



O desvio favorável registado em “*Revistas*”, traduz o início do contrato de impressão do Expresso (1º caderno e Caderno de Economia), que envolve também suplementos comerciais, ponderado com a perda, por suspensão por parte dos Editores da publicação de alguns títulos, designadamente, *Gente Jovem*, *Mega Score*, *Êxito*, *Viva Mais*, e *Caras Angola*.

O desvio favorável registado em “*Folhetos/Catálogos*”, reflecte o esforço conseguido de penetração no segmento dos Grupos de Distribuição, o resultado de uma acção proactiva da Direcção Comercial junto de tal mercado e o dinamismo crescente de tal nicho.

Tendo em conta as tiragens de tais trabalhos e ainda que as margens líquidas desta operação sejam esmagadas, determinam volumes de facturação interessantes, pelo que continuam a ser um nicho ao qual se dedica particular atenção.

O desvio desfavorável registado em “*Suplementos*” reflecte a perda de alguns títulos, designadamente “*Espaços e Casas*” que mudou de unidade gráfica no quadro do acordo celebrado com o Editor, “*Cartaz PT*”, e “*Correio Vidas*”, títulos da Cofina que deixaram de ser editados, “*Xis*”, suplemento do Público que deixou de ser editado, e “*Dez*”, suplemento do Record que também deixou de ser editado.

A perda derivada dos títulos abandonados pelos editores foi, de certo modo, minorada pelo crescimento registado em “*Outros Suplementos Expresso*” e “*Outros Suplementos Lusomundo*”, rubricas que englobam títulos de publicação não regular dos dois editores no âmbito de parcerias que tendem a consolidar-se.

A Família “*Boletins*” revela um desvio desfavorável marginal de cerca de 9 mil Euros, porquanto o Departamento deixou de laborar, uma vez terminado o contrato de impressão que vinha sendo mantido desde há longos anos com a Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa.

A Família “*Exportação*” revela um desvio desfavorável marginal de cerca de 25 mil Euros, deixando indiciar que o crescimento no mercado externo é bastante difícil, não só por razões ligadas a competitividade de preços mas, fundamentalmente, por razões de logística e cumprimento de prazos.

A Família “*Listas Telefónicas*” patenteia um desvio desfavorável de cerca de 280 mil Euros, fundamentalmente derivado da política editorial de Páginas Amarelas, bem como de uma política de distribuição mais selectiva, que determinou redução de tiragens.



Aos valores de Vendas acima assinalados haverá que adicionar os Proveitos Suplementares/Operacionais relevados no período que representaram cerca de 610 mil Euros, contra 653 mil Euros em semestre homólogo de 2006 e 825 mil Euros inscritos no Programa Económico-Financeiro para o período correspondente.

Da consolidação de todo o tipo de Proveitos Operacionais (Vendas de Produtos e Serviços/Proveitos Suplementares/Outros proveitos Operacionais) decorre que o primeiro semestre de 2007 revela uma extensão de 17.771 mil Euros, contra 15.905 mil Euros em semestre homólogo de 2006 e 17.212 mil Euros no Programa Económico-Financeiro, evidenciando desvios favoráveis de cerca de 1.865 mil Euros, e 559 mil Euros, respectivamente.

Os Resultados Operacionais apurados foram de (125) mil Euros, contra (1.090) mil Euros em 2006, resultando a variação positiva de 965 mil Euros da diferença positiva apurada nas Margens Brutas de cerca de 384 mil Euros, prejudicada pelos agravamentos registados nalgumas outras componentes dos Custos Operacionais – Subcontratos/FSE de cerca de 167 mil Euros e Outros Custos Operacionais de cerca de 52 mil euros – e atenuada por economias registadas noutras rubricas de Custos Operacionais, designadamente, Despesas com Pessoal de cerca de 793 mil Euros, Amortizações/Provisões de cerca de 53 mil Euros.

Tendo sido explicado com detalhe a evolução dos Custos em 3.4 importa sublinhar que o comportamento das Margens Brutas se fica a dever a um crescimento nas Vendas de 1.909 mil Euros, prejudicada pelo incremento dos CMVC de cerca de 1.526 mil euros, também já explicado em 3.4.

Os Resultados Operacionais foram ainda afectados negativamente pela evolução dos Outros Proveitos Operacionais/Suplementares que registaram uma queda, face a semestre homólogo, de cerca de 43 mil Euros.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de 1.172 mil Euros negativos, contra 1.317 mil Euros negativos no semestre homólogo de 2006, resultando a diferença favorável de 145 mil Euros do agravamento residual registado em Encargos Financeiros de cerca de 12 mil Euros, já detalhadamente explicada no Capítulo Despesa e da diferença favorável de 157 mil Euros em Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes situaram-se no primeiro semestre de 2007 em (1.297) mil Euros negativos, contra (2.407) mil Euros positivos no período equivalente de 2006, resultando a diferença de 1.110 mil Euros do efeito conjugado da melhoria dos Resultados Operacionais e dos Resultados Financeiros.



Os Resultados Extraordinários situaram-se no 1º semestre de 2007 em 50 mil Euros, contra 543 mil Euros em idêntico período de 2006, resultando a diferença de uma redução nos Proveitos Extraordinários de 2007 de cerca de 3548 mil Euros, acompanhada também de uma redução de Custos extraordinários mais modesto de cerca de 55 mil Euros.

O Resultado Líquido apurado no 1º semestre de 2007 foi de 1.295 mil Euros negativos, contra 1.901 mil Euros também negativos no semestre homólogo de 2006, reflectindo todos os condicionalismos em que a actividade foi desenvolvida, já atrás referidos, o efeito das medidas oportunamente implementadas pela gestão que implicaram a melhoria dos Resultados Operacionais – 965 mil Euros - uma melhoria nos Resultados Financeiros – 145 mil Euros - e uma redução nos Resultados Extraordinários – 493 mil Euros, complementada com a diferença de extensão do imposto s/ rendimento do semestre – 48 mil euros em 2007, contra 37 mil euros em 2006.

O cash-flow atingiu 1.400 mil Euros, contra 847 mil Euros no semestre homólogo de 2006 registando, assim, uma melhoria de 553 mil Euros, reflexo da melhoria operada no resultado líquido de cerca de 606 mil Euros, associada a uma descida de cerca de 53 mil Euros na rubrica Amortizações/Provisões.

A Autonomia Financeira, já influenciada do efeito tributário, e como consequência da melhoria do resultado, e da operação de aumento de capital ocorrida no semestre, que determinaram um crescimento dos Capitais Próprios de cerca de 3,5 milhões de Euros, conjugada com um aumento dos Activos Líquidos de cerca de 720 mil de Euros face a 31 de Dezembro de 2006 e uma diminuição dos Activos Líquidos de cerca de 5,631 milhões de Euros face a 30 de Junho de 2006 , atingiu a expressão de 5,9%, contra um índice de 1,9% e 1%, verificado em Junho/06 e Dezembro/06, respectivamente.



3.1.2. GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

A Grafilis tem por objecto a actividade de pré-impressão de importância primordial para o trabalho a executar pela Lisgráfica S.A. compreendendo as fases de composição, fotografia, selecção de cores e preparação de fotolitos para posterior impressão.

A Grafilis, com o capital social de 350 mil euros totalmente detido por Gestigráfica, foi criada com base no sector de pré-impressão que existia na casa mãe e atravessou, nos últimos anos, uma fase complexa de transição tecnológica e comercial.

Apresentamos dados comparativos dos exercícios de 2002 e 2001, últimos de que dispomos.

Em consonância com a tendência verificada ao longo dos últimos anos, as inovações tecnológicas no mercado das artes gráficas em geral e da pré-impressão em particular, tem levado a alterações significativas nas condições deste mercado.

Os resultados mais visíveis destas alterações traduzem-se na eliminação de algumas etapas no processo produtivo, na simplificação de tarefas e num maior acesso dos editores e dos clientes finais, a novas tecnologias até aqui disponíveis apenas às empresas de pré-impressão.

Em consequência do acima exposto, mas também da redução da procura fruto do arrefecimento geral da economia, verificou-se um claro sobredimensionamento da generalidade das empresas gráficas face às necessidades de trabalho dos clientes tradicionais. Estes acontecimentos, aliados à necessidade de garantir um volume mínimo de trabalho, agravou o efeito de uma concorrência crescente que se traduziu numa forte descida na tabela de preços praticada.

A Grafilis registou no período um decréscimo de vendas de quase 24% para se situar pouco acima de mEuros 1.540 contra os cerca de mEuros 2.025 do ano anterior, sendo que tal descida se deveu sobretudo à queda dos preços unitários, porquanto o número de empregados necessários à prestação de serviços continuou no mesmo patamar verificado em 2001, cerca de 40 pessoas.

De então para cá, as circunstâncias assinaladas acima que condicionam o mercado da pré-impressão agudizaram-se, a concorrência aumentou, os Grandes Editores apetrecharam-se com equipamentos próprios, e a actividade da Grafilis foi-se reduzindo, restringindo-se quase às necessidades da casa-mãe.



A persistência de tal situação determinou que fosse encarada a redução gradual de efectivos com a consequente atribuição de indemnizações e, em 2005, a absorção dos efectivos remanescentes pela Lisgráfica, momento em que a actividade da Grafilis se anulou.

GRAFILIS		
	Dez/01	Dez/02
Activo Total	3.054.759	3.003.259
Passivo Total	1.463.102	1.708.670
Capital Próprio	1.591.657	1.294.589
Resultados Líquidos	52.866	(297.069)
Vendas Líquidas	2.025.491	1.542.447

3.1.3. GESTIGRÁFICA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS – SA

Empresa Holding que detinha a Heska, entrou no Universo do “Grupo” em meados do exercício de 1999, através da aquisição de 95% do respectivo capital social, operação levada a cabo por razões estratégicas.

Após a mudança de instalações, efectuada durante o exercício de 1998, da Venda Nova para Campo Raso, o exercício de 1999 representou o primeiro ano de cruzeiro da Heska no seu novo habitat.

Especialmente vocacionada para o mercado de folhetos e catálogos publicitários de médias e grandes tiragens, a Heska dedicava-se ainda à impressão e acabamento de revistas de pequena e média tiragens operando, assim, num nicho de mercado complementar da Lisgráfica.

Tratando-se de uma Sociedade Gestora de Participações Sociais, a Lisgráfica reorganizou o organigrama das suas subsidiárias, transferindo para a Gestigráfica, as participações que detinha na Grafilis (100%) , Grafimadeira (100%), e Naveprinter (9,02%), que juntou à participação na Heska (95%) que resultou da aquisição da empresa-mãe.

Durante o exercício de 2003 teve lugar um aumento de capital de 2,5 mil Euros na Gestigráfica, tomado pela Heska, envolvendo um prémio de emissão de 10,3 milhões de Euros que conduziu a uma melhoria significativa dos Capitais Próprios da Empresa.



No quadro das decisões tomadas em 2002 de alienação de participações financeiras não estratégicas, ocorreram em 2002 e 2003, respectivamente, a alienação da participação na Grafimadeira aos accionistas locais da participação da Lisgráfica e da Heska da participação detida pela Gestigráfica à Rasográfica, uma vez que as motivações que haviam determinado a sua aquisição estavam ultrapassadas.

Nestas circunstâncias, durante os exercícios de 2004 e 2005 as participações financeiras detidas pela Gestigráfica restringem-se à Grafilis (100%), como já sublinhámos praticamente sem actividade, e à Naveprinter (9,03%), com acordo de venda e preço pré-fixado ao accionista maioritário que, se concretizou no final do exercício de 2006.

GESTIGRÁFICA		
	Jun/06	Jun/07
Activo Total	13.430.895	13.430.604
Passivo Total	53.347	55.547
Capital Próprio	13.376.548	13.375.057
Resultados Líquidos	(360)	(228)
Vendas Líquidas	0	0



4. NOTAS SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

4.1. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

4.1.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), e no cumprimento expresso e sem reservas de todas as “IAS/IFRS”. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), quer as Normas Internacionais de contabilidade (“IAS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (“IASC”) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelos “*International Financial Reporting Interpretation Committee*” (“IFRIC”) e *Standing Interpretation Committee*. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”

4.1.2. Princípios de consolidação

O métodos de consolidação adoptado pelo Grupo foi o seguinte:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Interesses minoritários”.



Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses minoritários excedem o seu no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Diferença de consolidação. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários nas empresas controladas são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.



4.2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

4.2.1 Activos tangíveis

Os activos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais, com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. Os activos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas, se aplicável.

Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, bem como a estimativa dos custos de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local e os custos financeiros incorridos antes de estarem concluídos ou disponíveis para utilização.

Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, as reavaliações efectuadas antes da data de transição foram mantidas, designando-se esse valor como custo considerado para efeitos dos IFRS.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao custo do activo respectivo, por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos activos tangíveis, são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao activo, e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os activos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade, e começam a ser amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.



A partir do momento que determinados bens tangíveis passam a ser detidos para venda, cessa a respectiva amortização, e passam a ser classificados como activos não correntes disponíveis para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor ao qual estão registados, são registados em resultados nas rubricas “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

Os activos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos. A amortização do valor destes activos, deduzido do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos, definida em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	10 - 20
Equipamento de transporte	8 - 14
Ferramentas e utensílios	8 - 10
Equipamento administrativo	6 - 16
Outras imobilizações corpóreas	16



4.2.2 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a amortização do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada dos resultados do período a que dizem respeito.

4.2.3 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes detidos para venda (ou operações descontinuadas e conjunto de activos e passivos relacionados) são mensurados ao menor do valor contabilístico ou do respectivo valor de venda, deduzido dos custos para vender e são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda ao invés de ser através do seu uso continuado.

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.



4.2.4 Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

4.2.5 Instrumentos financeiros

4.2.5.1 Cientes e dividas de terceiros

As contas a receber e dividas de terceiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentadas deduzidas de eventuais perdas estimadas de realização, a qual é registada quando existe evidência objectiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre a quantia registada e o seu valor recuperável, é reconhecida na demonstração dos resultados do período a que respeita.

4.2.5.2 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Empréstimos obtidos”.



4.2.5.3 Fornecedores, contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal. As contas a pagar com prazos de pagamento definidos, são registadas ao justo valor.

4.2.5.4 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido dos custos de transacção incorridos. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo que, qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que exista o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data do balanço.

4.2.6. Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o FIFO (“primeiras entradas, primeiras saídas”) como método de custeio. A diferença entre o custo e o valor de realização das existências, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como um custo na demonstração dos resultados. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.



4.2.7. Rédito e especialização dos exercícios

As vendas referem-se principalmente à impressão de revistas, boletins e listas telefónicas e são reconhecidas na demonstração dos resultados, quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As devoluções são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujos valores não sejam conhecidos são estimadoo.

4.2.8. Provisões, passivos e activos contingentes

Em 30 de Junho de 2007, as “Provisões para actividade operacional” incluem responsabilidades decorrentes de contratos de rescisão de contratos de trabalho celebrados no âmbito da actividade operacional da Empresa, as quais são reconhecidas quando, e somente quando, existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado.



4.2.9 Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data do balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais”. Esta reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.



4.2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pela legislação fiscal aplicável, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

4.2.11 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do período a que respeitam.

4.2.12 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.



4.3 APLICAÇÃO DAS IFRS

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de relato Financeiro pela primeira vez em 2005, aplicando para o efeito o IFRS1, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

Os principais ajustamentos efectuados nas demonstrações financeiras do semestre em análise em resultado da conversão para as IFRS são, como segue.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira comparativa apresentada.

As estimativas efectuadas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, em resultado de incertezas inerentes à actividade, a base dos valores estimados é baseada na última informação fiável disponível. Consequentemente a revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante.

Quando são identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, de acordo com os IFRS, procede-se à correcção retrospectiva da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do período em que são identificados.



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

Em anexo juntam-se o Balanço e a Demonstração de Resultados Consolidados em 30 de Junho de 2007, bem como o Anexo a tais Demonstrações Financeiras.

Da respectiva análise, bem como dos comentários que acima deixamos, poderão Vossas Excelências aquilatar da situação e evolução das Empresas do " Grupo Lisgráfica" no semestre em apreciação.

Operando no primeiro semestre em conjuntura que já tivemos oportunidade de caracterizar, o Resultado Líquido Consolidado foi negativo e atingiu a expressão de Euros 1.253.021, contra Euros 1.823.477 também negativos em Junho de 2006, denunciando uma melhoria de cerca de cerca de 570 mil Euros (31,3%) entre períodos homólogos.

Os Resultados Operacionais atingiram Euros 76.785 negativos, contra Euros 1.096.289 ainda negativos em Junho de 2006, sendo de ressaltar que se registou uma melhoria dos Proveitos Operacionais da ordem dos 1.850 mil Euros, enquanto os Custos Operacionais cresceram cerca de 830 mil Euros; os Resultados Financeiros situaram-se em Euros 1.127.836 negativos, contra Euros 689.703 com sinal negativo em Junho de 2006; os Meios Libertos atingiram Euros 1.461.303 mil Euros, contra 924.580 mil Euros em Junho de 2006 melhorando, em consequência, cerca de 536 mil Euros (58%) entre semestres homólogos.

Tendo superado os objectivos assinalados no Programa Económico-Financeiro para o 1º semestre em matéria de Proveitos, da ordem dos 775 mil Euros, e ultrapassado os do semestre homólogo em cerca de 1,9 milhões de Euros, registou-se um desvio desfavorável no que concerne a Custos de cerca de 1,3 milhões de Euros, factores que geraram um desvio no resultado esperado da ordem dos 675 mil euros; a despeito das considerações acima formuladas no que se prende com o quadro em que a actividade irá ser desenvolvida e tendo em conta o habitual crescimento da actividade na segunda metade do exercício, espera-se que no final do exercício tal desiderato seja cumprido, o que equivale a dizer que foi atingido o equilíbrio económico e o exercício de 2007 possa constituir o ano do regresso à faixa dos resultados positivos.



Paralelamente, e concretizada que foi a operação envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica, e a passagem a um regime de arrendamento temporário, foi em conjunto com o ESAF formulado um estudo prévio visando o aproveitamento das parcelas desnecessárias à operação industrial e respectivo loteamento, e submetido à CMO, aguardando-se a respectiva decisão. O desenvolvimento de tal projecto permitirá a venda/arrendamento dos lotes aprovados com reflexo directo na redução da renda actual e partilha das mais-valias que se estimam vir a ocorrer, admitindo-se que a situação evolua até ao final do exercício.

A Acta Final e Contrato associados a tal Procedimento foram assinados em 31/07/05, o esquema prestacional de regularização iniciou-se em Setembro de 2005 e ir-se-á desenvolver com regularidade, dando lugar ao ajustamento de valor das Garantias Bancárias prestadas, como estabelece o contrato e como tem sido prática normal, tendo sido minoradas as exigências, em matéria de contra-garantias, por parte das Instituições que prestaram as garantias.

Relativamente à operação de aumento de capital da Lisgráfica para 5 milhões de Euros, a aprovação do prospecto da oferta pública ocorreu em 9 de Março, e o mesmo foi divulgado em 12 de Março, sendo que o prazo para o exercício dos direitos de subscrição decorreu entre 16 e 30 de Março, tendo os resultados da oferta e rateio sido divulgados no dia 4 de Abril, tendo todas as acções objecto de oferta sido subscritas.

Em 2 de Abril a Lisgráfica apresentou o pedido de admissão à negociação na Euronext das 96 milhões de acções a emitir na sequência de tal aumento de capital, pedido atendido em 30 de Julho de 2007, data em que a admissão à negociação das 96 milhões de novas acções derivadas do aumento de capital foi concedida, sendo que as novas acções se tornaram fungíveis com as 4 milhões de antigas acções assumindo o código LIG AE.

Em resultado da operação acima descrita a Gestprint aumentou a sua participação na Lisgráfica de 73,11% para 82,06%.

Associado à celebração do contrato com a Sojornal, visando a impressão do Expresso e outros suplementos comerciais por um período alargado de tempo, constituiu-se a Lisgráfica na obrigação de instalar no início de 2008 equipamento adequado, designadamente uma rotativa de 64 páginas.



Tendo sido seleccionada a Goss como fornecedora decorrem, neste momento, negociações tendentes ao financiamento de tal equipamento, cujo fabrico está em curso, estando contemplado o aproveitamento da dobradeira da rotativa Sunday nº 8.

Em 30 de Junho de 2007, a Empresa detinha títulos negociáveis, correspondentes e acções do Millennium BCP, que foram alienados durante o mês de Julho de 2007 pelo valor de 431.781 Euros, tendo gerado uma perda de 198.191 Euros, dos quais 171.620 Euros já haviam sido reconhecidos com custos de períodos anteriores.

Queluz de Baixo, 31 de Agosto de 2007

O Conselho de Administração

António Pedro Marques Patrocinio – Presidente

José Luís André Lavrador

José Pedro Franco Brás Monteiro



LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS CONDENSADOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	30 de Junho de 2007	31 de Dezembro de 2006
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos tangíveis	9	30.095.465	34.254.172
Outros activos não correntes	10	862.148	952.429
Activos detidos para venda	24	1.986.425	-
		<u>32.944.038</u>	<u>35.206.601</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	11	2.549.015	2.424.090
Clientes e contas a receber	12	17.844.795	8.239.184
Outros activos correntes	13	7.962.293	11.519.101
Caixa e seus equivalentes	14	2.123.458	3.680.471
Impostos diferidos	8	289.349	-
		<u>30.768.910</u>	<u>25.862.846</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>63.712.948</u></u>	<u><u>61.069.447</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	15	5.000.000	200.000
Acções próprias	15	(474.121)	(474.121)
Diferenças de consolidação	15	67.223	67.223
Reservas	15	1.110.142	1.156.414
Resultados transitados	15	(378.315)	2.021.351
Resultado líquido do período	15	(1.253.021)	(2.327.160)
Total do capital próprio		<u>4.071.908</u>	<u>643.707</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	16	8.024.745	13.635.790
Fornecedores e contas a pagar	19	5.170.245	6.258.779
Provisões	17	2.200.287	2.230.851
Outros passivos não correntes	18	5.593.347	6.653.650
Impostos diferidos	8	289.349	-
		<u>21.277.973</u>	<u>28.779.070</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	16	14.893.862	6.018.447
Fornecedores e contas a pagar	19	18.297.361	20.512.340
Outros passivos correntes	20	5.171.844	5.115.883
		<u>38.363.067</u>	<u>31.646.670</u>
Total do passivo		<u>59.641.040</u>	<u>60.425.740</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>63.712.948</u></u>	<u><u>61.069.447</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	30 de Junho de 2007	30 de Junho de 2006
<u>PROVEITOS OPERACIONAIS:</u>			
Vendas	5	17.161.188	15.252.168
Outros proveitos operacionais		650.884	710.278
Total de proveitos operacionais		<u>17.812.072</u>	<u>15.962.446</u>
<u>CUSTOS OPERACIONAIS:</u>			
Custo das mercadorias vendidas	6	(5.698.795)	(4.172.672)
Fornecimentos e serviços externos		(4.490.489)	(4.314.106)
Custos com pessoal		(4.900.962)	(5.693.863)
Amortizações	9	(2.695.257)	(2.748.057)
Outros custos operacionais		(103.354)	(130.037)
Total de custos operacionais		<u>(17.888.857)</u>	<u>(17.058.735)</u>
Resultados operacionais		<u>(76.785)</u>	<u>(1.096.289)</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	7	(1.127.836)	(1.239.119)
Ganhos e perdas em empresas associadas		-	549.416
Resultados antes de impostos		<u>(1.127.836)</u>	<u>(689.703)</u>
Imposto sobre o rendimento do período	8	(48.400)	(37.485)
Resultado consolidado líquido do período		<u>(1.253.021)</u>	<u>(1.823.477)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		<u>(1.253.021)</u>	<u>(1.823.477)</u>
Resultado por acção			
Básico	25	(0,013)	(0,456)
Diluído	25	(0,013)	(0,456)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos accionistas da Empresa						Total do capital próprio
	Capital	Acções próprias	Diferenças de Consolidação	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	20.000.000	(474.121)	67.223	1.256.664	(11.793.525)	(5.954.773)	3.101.468
Transferências	-	-	-	(50.352)	50.352	-	-
Aplicação de resultados	-	-	-	-	(5.954.773)	5.954.773	-
Resultado consolidado do período	-	-	-	-	-	(1.823.477)	(1.823.477)
Outras regularizações	-	-	-	-	29.916	-	29.916
Saldo em 30 de Junho de 2006	<u>20.000.000</u>	<u>(474.121)</u>	<u>67.223</u>	<u>1.206.312</u>	<u>(17.668.030)</u>	<u>(1.823.477)</u>	<u>1.307.907</u>
Transferências	(19.800.000)	-	-	(49.898)	19.849.898	-	-
Outras regularizações	-	-	-	-	(160.517)	-	(160.517)
Resultado consolidado do período	-	-	-	-	-	(503.683)	(503.683)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>200.000</u>	<u>(474.121)</u>	<u>67.223</u>	<u>1.156.414</u>	<u>2.021.351</u>	<u>(2.327.160)</u>	<u>643.707</u>
Transferências	-	-	-	(46.272)	46.272	-	-
Aumentos de capital	4.800.000	-	-	-	-	-	4.800.000
Aplicação de resultados	-	-	-	-	(2.327.160)	2.327.160	-
Resultado consolidado do período	-	-	-	-	-	(1.253.021)	(1.253.021)
Outras regularizações	-	-	-	-	(118.778)	-	(118.778)
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u>5.000.000</u>	<u>(474.121)</u>	<u>67.223</u>	<u>1.110.142</u>	<u>(378.315)</u>	<u>(1.253.021)</u>	<u>4.071.908</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alteração no capital próprio para os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 31 de Agosto de 2007.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), e foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e de acordo com as disposições do IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

2.2 Princípios de consolidação

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e referidas no respectivo anexo.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira comparativa apresentada.

As estimativas efectuadas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, em resultado de incertezas inerentes à actividade, a base dos valores estimados é baseada na última informação fiável disponível. Consequentemente, a revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante.

Quando são identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, de acordo com os IFRS, procede-se à correcção retrospectiva da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do período em que são identificados.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 30 de Junho de 2007 e 2006, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		30.06.07	30.06.06
LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Lisgráfica")	Barcarena	Mãe	Mãe
GESTIGRÁFICA- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica") (a)	Barcarena	100	100
GRÁFILIS - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Gráfilis")	Barcarena	100	100

(a) No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital da Gestigráfica, pelo seu valor nominal que ascende a 5.000 Euros, pelo que não foram reconhecidos interesses minoritários relativos a esta empresa participada. O Conselho de Administração considera que aquele acordo é irrevogável.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

5. VENDAS POR NATUREZA

As vendas consolidadas, em 30 de Junho de 2007 e 2006, são como segue:

	30.06.07	30.06.06
Revistas mensais	5.127.524	3.591.734
Revistas semanais	4.018.171	4.214.869
Folhetos	3.842.220	2.375.574
Suplementos	2.782.142	3.389.700
Listas	1.391.131	1.671.362
Boletins	-	8.929
	<u>17.161.188</u>	<u>15.252.168</u>

6. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	30.06.07	30.06.06
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.684.085	4.172.672
Mercadorias vendidas	14.710	-
	<u>5.698.795</u>	<u>4.172.672</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)7. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, têm a seguinte composição:

	<u>30.06.07</u>	<u>30.06.06</u>
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados	(1.192.909)	(1.167.051)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(34.170)	(31.742)
Perdas por imparidade de aplicações de tesouraria	-	(12.178)
Diferença de câmbio desfavoráveis	(216)	(224)
Outros custos financeiros	(132.757)	(139.269)
	<u>(1.360.052)</u>	<u>(1.350.464)</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	76.578	106.872
Diferenças de câmbio favoráveis	342	377
Rendimentos em aplicações de tesouraria	5.314	4.096
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.627	-
Reversões de perdas por imparidade de aplicações de tesouraria (Nota 17)	148.355	-
	<u>232.216</u>	<u>111.345</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>(1.127.836)</u>	<u>(1.239.119)</u>

8. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos de artigo n.º 81º do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2003 a 2007, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2007.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 a Empresa foi alvo de liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal, essencialmente em sede de IRC, IVA e Imposto Municipal sobre Transmissões, referentes ao exercício de 2004 de, aproximadamente, 1.195.000 Euros. É convicção do Conselho de Administração de que as mesmas não têm fundamento, pelo que foram objecto de reclamação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 30 de Junho de 2007, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 12.643.000 Euros, os quais caducam conforme segue:

	<u>30.06.07</u>
2007	99.000
2008	6.187.000
2011	939.000
2012	4.440.000
2013	<u>978.000</u>
	<u><u>12.643.000</u></u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e periodicamente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Em 30 de Junho de 2007 os impostos diferidos passivos de 289.349 Euros, estão relacionados com a reavaliação de imobilizações, tendo a Empresa optado por registar impostos diferidos activos até à concorrência daquele montante, uma vez que a sua expectativa relativamente ao excedente daquele valor, não é realizável ou exigível no período de reversão das respectivas diferenças temporárias.

Movimentos nos Impostos diferidos activos e passivos

	<u>Activos por impostos diferidos</u>	<u>Passivos por impostos diferidos</u>
	Prejuízos fiscais reportáveis	Reavaliação de activos tangíveis
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	-
Aumento	<u>289.349</u>	<u>(289.349)</u>
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u><u>289.349</u></u>	<u><u>(289.349)</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)9. ACTIVOS TANGÍVEIS

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram como segue:

30 de Junho de 2007:

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
Activo Bruto									
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	508.261	102.079.147	1.319.839	60.282	1.311.811	789.174	134.797	41.000	106.244.311
Aquisições	-	-	74.250	419	2.782	-	47.355	15.620	140.426
Regularizações	-	-	(101.071)	-	-	-	-	-	(101.071)
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u>508.261</u>	<u>102.079.147</u>	<u>1.293.018</u>	<u>60.701</u>	<u>1.314.593</u>	<u>789.174</u>	<u>182.152</u>	<u>56.620</u>	<u>106.283.666</u>
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas									
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	(322.370)	(69.407.633)	(895.224)	(52.276)	(1.018.439)	(294.197)	-	-	(71.990.139)
Reforço do exercício	-	(2.564.775)	(93.671)	(2.916)	(25.624)	(8.271)	-	-	(2.695.257)
Regularizações	-	-	25.268	-	-	-	-	-	25.268
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u>(322.370)</u>	<u>(71.972.408)</u>	<u>(963.627)</u>	<u>(55.192)</u>	<u>(1.044.063)</u>	<u>(302.468)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(74.660.128)</u>
Valor líquido	<u>185.891</u>	<u>30.106.739</u>	<u>329.391</u>	<u>5.509</u>	<u>270.530</u>	<u>486.706</u>	<u>182.152</u>	<u>56.620</u>	<u>31.623.538</u>
Activos detidos para venda (Nota 24)	-	1.528.073	-	-	-	-	-	-	1.528.073
Valor líquido em 30 de Junho de 2007	<u>185.891</u>	<u>28.578.666</u>	<u>329.391</u>	<u>5.509</u>	<u>270.530</u>	<u>486.706</u>	<u>182.152</u>	<u>56.620</u>	<u>30.095.465</u>

30 de Junho de 2006:

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
Activo Bruto									
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	508.261	102.771.263	1.186.863	60.282	1.304.296	789.122	426.611	30.000	107.076.698
Aquisições	-	237.433	31.905	-	7.220	-	81.470	11.000	369.028
Alienações e abates	-	(1.339.499)	-	-	-	-	-	-	(1.339.499)
Transferências	-	207.758	-	-	-	-	(207.758)	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2006	<u>508.261</u>	<u>101.876.955</u>	<u>1.218.768</u>	<u>60.282</u>	<u>1.311.516</u>	<u>789.122</u>	<u>300.323</u>	<u>41.000</u>	<u>106.106.227</u>
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas									
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	(322.370)	(65.633.257)	(697.398)	(46.334)	(955.918)	(269.772)	-	-	(67.925.049)
Reforço do exercício	-	(2.608.813)	(86.302)	(3.010)	(34.205)	(15.727)	-	-	(2.748.057)
Reduções por alienações e abates	-	1.338.567	-	-	-	-	-	-	1.338.567
Saldo em 30 de Junho de 2006	<u>(322.370)</u>	<u>(66.903.503)</u>	<u>(783.700)</u>	<u>(49.344)</u>	<u>(990.123)</u>	<u>(285.499)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(69.334.539)</u>
Valor líquido em 30 de Junho de 2006	<u>185.891</u>	<u>34.973.452</u>	<u>435.068</u>	<u>10.938</u>	<u>321.393</u>	<u>503.623</u>	<u>300.323</u>	<u>41.000</u>	<u>36.771.688</u>

Em 30 de Junho de 2007, o equipamento básico incluía custos de empréstimos obtidos de 1.586.606 Euros, incorridos em exercícios anteriores, por serem directamente atribuíveis à aquisição de activos tangíveis, essencialmente equipamentos básicos, os quais estão a ser amortizados no período de vida dos respectivos activos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)Locação Financeira

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	30.06.2007		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	63.612.278	(45.179.179)	18.433.099
Equipamento de transporte	933.949	(693.072)	240.877
Equipamento administrativo	79.745	(71.468)	8.277
Ferramentas e utensílios	36.617	(33.565)	3.052
	<u>64.662.589</u>	<u>(45.977.284)</u>	<u>18.685.305</u>
	31.12.2006		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	63.612.278	(44.382.417)	19.229.861
Equipamento de transporte	878.041	(608.509)	269.532
Equipamento administrativo	79.745	(66.241)	13.504
Ferramentas e utensílios	36.617	(31.277)	5.340
	<u>64.606.681</u>	<u>(45.088.444)</u>	<u>19.518.237</u>

O Grupo regista estes bens pelo método financeiro.

Locação Operacional

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, as locações operacionais existentes respeitam essencialmente a viaturas cujos prazos de locação são de 4 anos e à locação das instalações, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A. (“ESAF”) pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada e faculdade de retoma a partir do 8º ano. Sublinha-se que as responsabilidades futuras poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto do contrato em apreço venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras.

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, os custos incorridos incluídos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” relativos aqueles contratos de locação operacional são conforme segue:

	<u>30.06.2007</u>	<u>30.06.2006</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>1.598.509</u>	<u>1.588.376</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2007, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

2007	3.212.234
2008	3.183.143
2009	3.117.377
2010	3.070.560
2011	3.056.421
2012 e seguintes	21.559.267
	<u>37.199.002</u>

10. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30.06.2007			31.12.2006		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 17)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 17)	Valor líquido
Depósitos a prazo (a)	862.148	-	862.148	937.465	-	937.465
Títulos e outras aplicações financeiras	99.760	(99.760)	-	114.724	(99.760)	14.964
Gilda Press, S.A.	-	-	-	9.497.970	(9.497.970)	-
	<u>961.908</u>	<u>(99.760)</u>	<u>862.148</u>	<u>10.550.159</u>	<u>(9.597.730)</u>	<u>952.429</u>

(a) Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 21).

11. EXISTÊNCIAS

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30.06.2007			31.12.2006		
	Valor bruto	Perdas de valor (Nota 17)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de valor (Nota 17)	Valor líquido
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2.458.887	(4.630)	2.454.257	2.295.995	(4.630)	2.291.365
Produtos e trabalhos em curso	94.758	-	94.758	132.725	-	132.725
	<u>2.553.645</u>	<u>(4.630)</u>	<u>2.549.015</u>	<u>2.428.720</u>	<u>(4.630)</u>	<u>2.424.090</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)12. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30.06.2007			31.12.2006		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 17)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 17)	Valor líquido
Clientes	<u>29.381.199</u>	<u>(11.536.404)</u>	<u>17.844.795</u>	<u>19.762.856</u>	<u>(11.523.672)</u>	<u>8.239.184</u>

13. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30.06.2007			31.12.2006		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 17)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 17)	Valor líquido
Devedores diversos	4.811.713	(135.998)	4.675.715	8.612.289	(148.730)	8.463.559
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 22)	2.412.922	-	2.412.922	2.209.164	-	2.209.164
Acréscimos e diferimentos	599.575	-	599.575	622.827	-	622.827
Estado e outros Entes Públicos (Nota 21)	238.811	-	238.811	203.245	-	203.245
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	20.306	-	20.306	20.306	-	20.306
Títulos de participação	14.964	-	14.964	-	-	-
	<u>8.098.291</u>	<u>(135.998)</u>	<u>7.962.293</u>	<u>11.667.831</u>	<u>(148.730)</u>	<u>11.519.101</u>

14. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30.06.07	31.12.06
Numerário	3.828	2.239
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	7.881	3.368.235
Aplicações de tesouraria imediatamente mobilizáveis (a)	-	629.972
Depósitos a prazo	<u>2.111.749</u>	<u>-</u>
	<u>2.123.458</u>	<u>4.000.446</u>
Descobertos bancários (Nota 16)	<u>(2.265.173)</u>	<u>(1.271.975)</u>
Total	<u>(141.715)</u>	<u>2.728.471</u>
Activos detidos para venda (a)	<u>629.972</u>	<u>-</u>
Total de Caixa e seus equivalentes	<u>488.257</u>	<u>2.728.471</u>

(a) Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica encontrava-se deduzida da perda de valor a essas datas de 171.620 Euros e 319.975 Euros, respectivamente (Nota 17), reflectindo o justo valor desta rubrica naquelas datas.

15. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS

Composição de capital: Em 30 de Junho de 2007, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 100.000.000 acções com o valor nominal de cinco cêntimos de Euros cada.

Em 30 de Junho de 2007, o capital da Empresa era detido pelos seguintes accionistas:

	<u>Nº de acções</u>	<u>Percentagem</u>
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestprint")	82.058.262	82,06%
Outros, inferiores a 10% do capital	17.941.738	17,94%
	<u>100.000.000</u>	<u>100,00%</u>

Em resultado da operação de aumento de capital social da Empresa, a Gestprint reforçou a sua participação, passando a deter 82.058.262 acções ordinárias, escriturais e ao portador, representativas de 82,0583% do capital social.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Aplicação de resultados: Conforme aprovado em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 30 de Maio de 2007 foi decidido transferir a totalidade de resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, apurado nas demonstrações financeiras individuais e de acordo com os princípios contabilísticos Portugueses, para resultados transitados.

16. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30.06.2007</u>		<u>31.12.2006</u>	
	<u>Correntes</u>	<u>Não correntes</u>	<u>Correntes</u>	<u>Não correntes</u>
Empréstimos bancários (a)	1.981.122	1.131.068	3.122.265	5.508.435
Outros empréstimos (b)	1.494.883	6.893.677	1.624.207	8.127.355
Descobertos bancários (c)	2.265.173	-	1.271.975	-
Factoring (d)	5.474.012	-	-	-
Letras descontadas (e)	3.678.672	-	-	-
	<u>14.893.862</u>	<u>8.024.745</u>	<u>6.018.447</u>	<u>13.635.790</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)

- (a) Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	30.06.2007		31.12.2006	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Banco Português de Investimento, S.A. (i)	618.387	-	602.963	1.130.362
Banco Comercial Português, S.A. (ii)	-	813.456	1.167.363	3.924.734
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (iii)	1.094.855	-	1.094.855	-
Outros (iv)	267.880	317.612	257.084	453.339
	<u>1.981.122</u>	<u>1.131.068</u>	<u>3.122.265</u>	<u>5.508.435</u>

- (i) Empréstimo concedido à Lisgráfica que vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%, destinado a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos e a financiar a aquisição da participação financeira na Gestigráfica, estando as receitas do negócio de impressão de listas telefónicas consignadas como garantia.

Como garantia deste empréstimo a Lisgráfica constituiu em favor da referida instituição bancária várias garantias reais, assim como deu em penhor, elementos do seu activo, no valor total de cerca de 5.450.000 Euros.

- (ii) Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescida de 1,00%.
- (iii) Este empréstimo corresponde a duas linhas de conta-corrente caucionada com o BES sem plano de amortização contratado no valor de 1.094.855 Euros com as seguintes particularidades:
- Linha de 596.257 Euros – taxa de referência: Euribor a 30 dias acrescida de 4,25%
 - Linha de 498.598 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias acrescida de 4,75%
- (iv) Estes empréstimos vencem juros a taxas normais de mercado, tendo sido classificados como "Empréstimos correntes".

Em 30 de Junho de 2007, o plano de reembolso dos empréstimos bancários é conforme segue:

2007	1.981.122
2008	930.126
2009	200.942
	<u>3.112.190</u>

- (b) Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, estes empréstimos tinham a seguinte composição:

	30.06.2007		31.12.2006	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Papel comercial (i)	1.207.500	5.696.250	1.336.824	6.786.236
IAPMEI (ii)	287.383	1.197.427	287.383	1.341.119
	<u>1.494.883</u>	<u>6.893.677</u>	<u>1.624.207</u>	<u>8.127.355</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)

- (i) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. O plano de reembolso do papel comercial é o seguinte:

2007	1.207.500
2008	1.036.250
2009	840.000
2010	2.350.000
2011	540.000
2012	605.000
2013	325.000
	<u>6.903.750</u>

- (ii) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 862.148 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 23). Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação, tendente ao seu pagamento num plano de oitenta e quatro prestações mensais e iguais de 23.948 Euros, sem juros vencidos e com juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual foi iniciado em Setembro de 2005. Em 30 de Junho de 2007, o valor em dívida ascendia a 1.484.810 Euros.

- (c) Os descobertos bancários vencem juros às taxas normais de mercado.
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamentos em regime de factoring com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a letras descontadas e não vencidas.

17. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE E DE VALOR ACUMULADASProvisões:

O movimento na conta de provisões nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, é conforme segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2.636.845
Utilização	(405.994)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>2.230.851</u>
Utilização	(30.564)
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u>2.200.287</u>

Em 30 de Junho de 2007, as “Provisões” incluem responsabilidades decorrentes de contratos de rescisão de contratos de trabalho celebrados no âmbito da actividade operacional da Empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)Perdas por imparidade e de valor:

O movimento nas contas de perdas por imparidade e de valor nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, é conforme segue:

	Activos não correntes (Nota 10)	Existências (Nota 11)	Cientes e contas a receber (Nota 12)	Outros activos correntes (Nota 13)	Aplicações Tesouraria (Notas 14 e 24)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	9.026.916	4.630	12.092.906	147.822	372.011	21.644.285
Aumentos	-	-	-	1908	12.178	14.086
Reduções	-	-	-	-	(64.214)	(64.214)
Reclassificações	570.814	-	(569.234)	(1.580)	-	-
Outras variações	-	-	-	581	-	581
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>9.597.730</u>	<u>4.630</u>	<u>11.523.672</u>	<u>148.730</u>	<u>319.975</u>	<u>21.594.737</u>
Reduções (Nota 7)	-	-	-	-	(148.355)	(148.355)
Reclassificações e utilizações	<u>(9.497.970)</u>	-	<u>12.732</u>	<u>(12.732)</u>	-	<u>(9.497.970)</u>
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u>99.760</u>	<u>4.630</u>	<u>11.536.404</u>	<u>135.998</u>	<u>171.620</u>	<u>11.948.412</u>

A utilização ocorrida no semestre findo em 30 de Junho de 2007 na rubrica de “Activos correntes” no valor de 9.497.970 Euros corresponde ao valor nominal da conta a receber da Gilda Press, S.A., por cessão dos créditos detidos sobre aquela empresa, pelo valor de 100 Euros.

Em 30 de Junho de 2007, as “Aplicações de Tesouraria” referem-se a 110.713 acções do Millennium BCP, detidas pela Empresa, valorizadas à cotação de 4,14 Euros por acção, enquanto que a cotação homóloga unitária para o final do exercício de 2006 havia sido de 2,80 Euros.

18. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição e respectivo plano de pagamentos:

	30.06.2007			
	2008	2009	2010 e seguintes	Total
Estado e outros Entes Públicos - dívidas integradas em planos de pagamento (Nota 21)	869.197	869.197	2.864.432	4.602.826
Dívida à Siegwark	295.706	-	-	295.706
Dívida à Sunchemical	353.403	173.403	-	526.806
Outros passivos não correntes	<u>168.009</u>	-	-	<u>168.009</u>
	<u>1.686.315</u>	<u>1.042.600</u>	<u>2.864.432</u>	<u>5.593.347</u>
	31.12.2006			
	2008	2009	2010 e seguintes	Total
Estado e outros Entes Públicos - dívidas integradas em planos de pagamento (Nota 21)	869.197	869.197	3.299.030	5.037.424
Dívida à Siegwark	591.411	-	-	591.411
Dívida à Sunchemical	353.403	353.403	-	706.806
Outros passivos não correntes	<u>318.009</u>	-	-	<u>318.009</u>
	<u>2.132.020</u>	<u>1.222.600</u>	<u>3.299.030</u>	<u>6.653.650</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início ocorrido em Setembro de 2005, ao abrigo do qual a Empresa prestou garantias bancárias ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos de 3.995.571 Euros e 2.472.592 Euros, respectivamente (Nota 23). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa, tendo sido acordado um conjunto de obrigações até ao final da execução das medidas.

19. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30.06.2007		31.12.2006	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente	11.474.932	-	13.407.336	-
Credores por locações financeiras (a)	3.063.230	5.170.245	3.141.471	6.258.779
Contas a pagar:				
<i>Rappel</i> a liquidar	1.897.665	-	2.018.343	-
Remunerações a liquidar	1.461.191	-	1.369.869	-
Juros a liquidar	249.077	-	285.842	-
Fornecimentos e serviços externos	151.266	-	289.479	-
	<u>18.297.361</u>	<u>5.170.245</u>	<u>20.512.340</u>	<u>6.258.779</u>

(a) O valor das rendas vincendas de contratos de locação financeira tem o seguinte detalhe:

	30.06.07	31.12.06
2007	<u>3.063.230</u>	<u>3.127.074</u>
2008	2.336.862	2.381.889
2009	2.678.007	2.292.005
2010	155.376	1.503.009
	<u>5.170.245</u>	<u>6.176.903</u>
	<u>8.233.475</u>	<u>9.303.977</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30.06.07</u>	<u>31.12.06</u>
Fornecedores de imobilizado	1.007.877	1.407.117
Credores diversos:		
Francisco Sequeira Batista	1.409.655	412.805
Outros	322.853	339.887
Estado e outros Entes Públicos (Nota 21)	1.858.986	2.300.819
Proveitos diferidos	<u>572.473</u>	<u>655.255</u>
	<u><u>5.171.844</u></u>	<u><u>5.115.883</u></u>

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>30.06.2007</u>		<u>31.12.2006</u>	
	Saldos devedores (Nota 13)	Saldos credores (Notas 18 e 20)	Saldos devedores (Nota 13)	Saldos credores (Notas 18 e 20)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	237.291	(40.615)	202.242	(66.846)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.520	(227.033)	1.003	(560.312)
Contribuições para a Segurança Social	-	(567.915)	-	(644.875)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	(192.187)	-	(205.514)
Dívidas integradas em planos de pagamento (b)	-	(5.381.628)	-	(5.816.226)
Outros	-	(52.434)	-	(44.470)
	<u>238.811</u>	<u>(6.461.812)</u>	<u>203.245</u>	<u>(7.338.243)</u>

(a) Os saldos credores de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas apresentam o seguinte detalhe:

	<u>30.06.07</u>	<u>31.12.06</u>
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício	(48.400)	(79.139)
Retenções efectadas por terceiros	7.785	12.293
	<u>(40.615)</u>	<u>(66.846)</u>

(b) Em 30 de Junho de 2007 as dívidas integradas em planos de pagamento respeitam às incluídas no procedimento extrajudicial de conciliação, das quais 869.197 Euros estão classificadas como correntes, sendo o restante, 4.512.431 Euros, considerado como não correntes (Nota 18).

As contas a pagar relativas a outros impostos incluem valores vencidos de 33.582 Euros, que não se encontram incluídos no Procedimento Extrajudicial de Conciliação.

22. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no semestre findo naquela data, são os seguintes:

	<u>30.06.2007</u>	
	<u>Saldos</u>	<u>Transacções</u>
	Outros activos correntes (Nota 13)	Fornecimentos e serviços externos
Gestprint	2.412.922	150.000
	<u>2.412.922</u>	<u>150.000</u>

	<u>31.12.2006</u>
	<u>Saldos</u>
	Outros activos correntes (Nota 13)
Gestprint	2.209.164
	<u>2.209.164</u>

23. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de Junho de 2007, o Grupo tinha prestado diversas garantias, nomeadamente garantias bancárias a terceiros, de acordo com o seguinte detalhe:

Garantia bancária - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	3.995.571
Garantia bancária - ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros (b)	2.795.456
Garantia bancária - Direcção Geral de Impostos (a)	2.472.592
Garantia bancária - Direcção Geral de Impostos (c)	1.207.971
Garantia bancária - IAPMEI (d)	862.148
Garantia bancária - EDP Serviço Universal (e)	180.767
Companhia IBM Portuguesa (f)	69.018
	<u>11.583.523</u>

- (a) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 21).
 (b) Substituição da caução referente ao aluguer das instalações da Empresa por garantia bancária.
 (c) Garantia prestada no âmbito da dívida relativa a liquidação adicional efectuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004.
 (d) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação.
 (e) Substituição da caução referente ao contrato de fornecimento de electricidade por garantia bancária.
 (f) Garantia prestada no âmbito do fornecimento de equipamentos informáticos.

Em 30 de Junho de 2007, existiam empréstimos bancários e contratos de locação financeira garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 2.950.000 Euros e 2.000.000 Euros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007
(Montantes expressos em Euros)24. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos classificados como detidos para venda em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 podem ser detalhados como segue:

	30.06.2007			31.12.2006		
	Valor Nominal	Perdas de imparidade	Total	Valor Nominal	Perdas de imparidade	Total
Activos Tangíveis (Nota 9) (a)	2.883.429	(1.355.356)	1.528.073	-	-	-
Títulos negociáveis (Notas 14 e 17) (b)	629.972	(171.620)	458.352	-	-	-
	<u>3.513.401</u>	<u>(1.526.976)</u>	<u>1.986.425</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Dobradeira (equipamento básico) que se prevê seja alienada no segundo semestre de 2007.

(b) Corresponde a 110.713 acções do Millennium BCP, detidas pela Empresa, no valor nominal de 629.972 Euros, deduzidas da perda de valor de 171.620 Euros (Nota 17), reflectindo o justo valor desta rubrica em 30 de Junho de 2007.

25. RESULTADOS POR ACÇÃO E DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA

O Resultado consolidado líquido negativo básico e diluído por acção em 30 de Junho de 2007 e 2006 foi de 0,013 e 0,456, respectivamente.

Resultado

Resultado atribuível a accionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido do semestre)	<u>(1.253.021)</u>	<u>(1.823.477)</u>
---	--------------------	--------------------

Número de acções

Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	<u>100.000.000</u>	<u>4.000.000</u>
---	--------------------	------------------

Resultado por acção

Básico	(0,013)	(0,456)
Diluído	(0,013)	(0,456)

Queluz de Baixo, 31 de Agosto de 2007

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	30 de Junho de 2007	30 de Junho de 2006
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		20.645.330	16.234.962
Pagamentos a fornecedores		(11.935.747)	(10.090.534)
Pagamentos ao pessoal		<u>(3.130.323)</u>	<u>(3.573.507)</u>
Fluxos gerados pelas operações		5.579.260	2.570.921
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(110.234)	(45.187)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		<u>(2.602.397)</u>	<u>2.222.486</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>2.866.629</u>	<u>4.748.220</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	992.109
Vendas de activos tangíveis		6.000	15.908
Juros e proveitos similares		5.314	4.096
		<u>11.314</u>	<u>1.012.113</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(311.759)	(161.137)
Activos tangíveis		<u>(405.062)</u>	<u>(514.287)</u>
		<u>(716.821)</u>	<u>(675.424)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(705.507)</u>	<u>336.689</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		38.213.557	31.979.534
Aumento de capital		4.800.000	-
		<u>43.013.557</u>	<u>31.979.534</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(45.440.871)	(36.151.889)
Amortizações de contratos de locação financeira		(780.084)	(764.965)
Juros e custos similares		<u>(1.193.938)</u>	<u>(913.694)</u>
		<u>(47.414.893)</u>	<u>(37.830.548)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(4.401.336)</u>	<u>(5.851.014)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(2.240.214)	(766.105)
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	2.728.471	191.022
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	488.257	(575.083)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”) incluída; no Relatório de Gestão Consolidado, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 63.712.948 Euros e capitais próprios de 4.071.908 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 1.253.021 Euros), nas Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa posteriormente ajustados com as quantias necessárias para dar cumprimento às Normas Internacionais de Relato Financeiro, sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

· Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 1º, 4150-146 Porto - Tel: +(351) 225 439 200 - Fax: +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral consolidada.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

9. As demonstrações financeiras consolidadas mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Contudo, no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 e em exercícios anteriores a Empresa registou prejuízos e o activo corrente é inferior ao passivo corrente. Face ao exposto, a continuidade das operações da Empresa e, conseqüentemente, o momento e valor de realização dos seus activos e o montante e prazo de liquidação dos seus passivos, no curso normal das suas operações, dependem do sucesso futuro destas e da atempada concretização pelos accionistas de suporte financeiro adequado.

Lisboa, 31 de Agosto de 2007